

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

LENIRA MÜNCHOW KLUG

**A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO: UM OLHAR SOBRE
O ACERVO DA EXTINTA CEEE**

**PORTO ALEGRE
2023**

Lenira Münchow Klug

**A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO: UM OLHAR SOBRE
O ACERVO DA EXTINTA CEEE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Arquivologia, da Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof^a Ms. Valéria Raquel Bertotti

PORTO ALEGRE
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Klug, Lenira Münchow

A fotografia como documento de arquivo: um olhar sobre o acervo da extinta CEEE / Lenira Münchow Klug.

-- 2023.

72 f.

Orientador: Valéria Raquel Bertotti.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. fotografia. 2. Arquivologia. 3. contexto. 4.
CEEE. I. Bertotti, Valéria Raquel, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LENIRA MÜNCHOW KLUG

A fotografia como documento de arquivo: um olhar sobre o acervo da extinta CEEE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof^a Ms. Valéria Raquel Bertotti

Aprovada em: Porto Alegre: ____ de _____ de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Ms. Valéria Raquel Bertotti - UFRGS/DCI (orientadora)

Prof^a Ms. Marlise Maria Giovanaz - UFRGS/DCI (examinadora)

Bel Rafaela Santos de Oliveira - Arquivista (examinadora)

AGRADECIMENTOS

Ao ensino público, que mais uma vez me proporcionou retomar os estudos, após um longo tempo e fazer a graduação.

Ao meu marido Jairo Celso Martins, que foi meu maior incentivador. Obrigada pela compreensão. A minha família, pelas ausências, para me dedicar aos estudos.

Aos colegas de graduação, que entraram comigo no semestre 2019/1, os demais que entraram em outros semestres e de alguma maneira contribuíram para o meu aprendizado, alguns foram determinantes, e não posso deixar de citar aqui.

À Vânia Maria Sant Ana Bittencourt Batista que desde o primeiro semestre me acompanhou nos trabalhos em grupo. Muito obrigada pela parceria e pelas conversas. Não teria conseguido sem sua ajuda.

A minha orientadora Valéria Raquel Bertotti, de forma especial, que muito me ajudou na fase final do curso. Obrigada pela disponibilidade, pela generosidade em compartilhar seu conhecimento e por nortear esse trabalho.

“Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem - escolhida e refletida - de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante de vida que flui ininterruptamente.”

(Boris Kossoy)

RESUMO

A fotografia está presente em nosso cotidiano diário. Sendo um documento tão usual em nossa sociedade, a presente pesquisa procura abordar a fotografia numa perspectiva arquivística, tendo como estudo de caso o acervo permanente da extinta CEEE. O objetivo é demonstrar que o tratamento arquivístico pode agregar mais significados para acervos institucionais, adquirindo desta maneira, uma relevância maior para a sociedade e potencializando seus usos. A metodologia de caráter qualitativa consiste na pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto; e documental visando recuperar o contexto de criação desses registros fotográficos. A proposta de tratamento é a descrição arquivística segundo a Norma Internacional para Descrição de Funções aliada à metodologias da Diplomática Contemporânea para a identificação arquivística e análise tipológica. A justificativa se deve pelo fato da pesquisa abordar a fotografia como documento arquivístico dentro de um contexto institucional, trazendo propostas e reflexões acerca de uma metodologia para a fotografia enquanto documento arquivístico. A metodologia proposta identificou a Instituição, evidenciou a função e as atividades relacionadas na criação desses registros fotográficos. A análise tipológica nomeou e detalhou o tipo documental, enquanto a descrição arquivística acrescentou o contexto de criação e estruturou essas informações, estabelecendo relações entre o documento e seu criador, trazendo mais significado à fotografia enquanto documento de arquivo. Conclui-se que existe uma vasta bibliografia em relação ao tratamento arquivístico de documentos textuais, contudo em relação à fotografia, existe uma lacuna metodológica e teórica para o tratamento da fotografia como documento arquivístico, principalmente no âmbito das instituições.

Palavras-chave: fotografia; arquivologia; contexto; CEEE.

ABSTRACT

Photography is present in our daily lives. Being such a common document in our society, this research seeks to approach photography from an archival perspective, having as a case study the permanent collection of the extinct CEEE. The objective is to demonstrate that archival treatment can add more meaning to institutional collections, thus acquiring greater relevance for society and enhancing its uses. The qualitative methodology consists of bibliographical research on the proposed theme; and documental in order to recover the context in which these photographic records were created. The proposed treatment is the archival description according to the International Standard for Job Descriptions combined with Contemporary Diplomatic methodologies for archival identification and typological analysis. The justification is due to the fact that the research approaches photography as an archival document within an institutional context, bringing proposals and reflections about a methodology for photography as an archival document. The proposed methodology identified the Institution, evidenced the function and activities related to the creation of these photographic records. The typological analysis named and detailed the document type, while the archival description added the creation context and structured this information, establishing relationships between the document and its creator, bringing more meaning to the photograph as an archival document. It is concluded that there is a vast bibliography in relation to the archival treatment of textual documents, however in relation to photography, there is a methodological and theoretical gap for the treatment of photography as an archival document, mainly within the scope of institutions.

Keywords: photography; archival science; context; CEEE.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Subestação do sistema Jacuí	11
Fotografia 2 - Instalação de luminárias de mercúrio em Porto Alegre.....	18
Fotografia 3 - Rede subterrânea Praça XV.....	19
Fotografia 4 - Reunião	52
Fotografia 5 - Consultório odontológico	53
Fotografia 6 - Relatório 1965 CEEE	54
Fotografia 7 - Visita Ministro	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CEEE - Comissão Estadual de Energia Elétrica/Companhia Estadual de Energia Elétrica

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas Pessoas e Famílias

ISAD (G) - Norma Internacional de Descrição Arquivística

ISDF - Norma Internacional para Descrição de Funções

ISDIAH - Norma Internacional de Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Unesp - Universidade Estadual Paulista

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A FOTOGRAFIA.....	14
2.1 A Fotografia nas diferentes áreas do conhecimento.....	19
3 ARQUIVOLOGIA.....	23
3.1 Contexto.....	26
3.2 As funções arquivísticas.....	28
3.2.1 Criação/produção.....	29
3.2.2 Aquisição.....	29
3.2.3 Classificação.....	30
3.2.4 Avaliação.....	33
3.2.5 Conservação/Preservação.....	34
3.2.6 Descrição.....	35
3.2.7 Difusão.....	37
3.3 Diplomática.....	38
4 A FOTOGRAFIA NA ARQUIVOLOGIA.....	41
5 METODOLOGIA.....	44
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
6.1 A fotografia e o tratamento arquivístico do acervo.....	48
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE A - Norma Internacional para Descrição de Funções.....	65
APÊNDICE B - Análise Tipológica.....	71

1 INTRODUÇÃO

Desde a invenção, há quase duzentos anos, a fotografia passou a fazer parte da vida das pessoas. A partir de então seu uso se popularizou e passou a ser parte indissociável da sociedade. Quer seja para registrar fatos, ilustrar jornais e livros, como memória das famílias ou de viagens de férias, a fotografia nos faz refletir, porque traz mensagens através do conteúdo de suas imagens, suscita nossos sentimentos, traz visões de mundo e seu uso se tornou quase que obrigatório.

Para além de captar o cotidiano das pessoas, a fotografia também passou a ser usual nas instituições, resultado de processos de trabalho, com valor de documento. Nesse contexto a fotografia compõe séries, forma conjuntos documentais que são resultado de uma função. É nessa perspectiva que esta pesquisa aborda a fotografia.

Criada em 1943 com o objetivo de levar a eletricidade para todo o Estado, a CEEE registrava por meio de fotografias os principais eventos, andamento das obras e inaugurações (Fotografia 1). Dessa forma, o acervo se acumulou naturalmente ao longo do tempo, em detrimento do exercício de uma função.

Fotografia 1 - Subestação do Sistema Jacuí



Fonte: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

Esta pesquisa é um estudo de caso deste acervo, com o tema: A fotografia como documento de arquivo: um olhar sobre o acervo da extinta CEEE. O fato da

fotografia ter se acumulado, como um documento arquivístico, em virtude de rotinas de trabalho em instituições, motivou o problema desta pesquisa: Como trazer mais visibilidade a acervos fotográficos acumulados por instituições, como é o caso do Grupo CEEE?

As fotografias acumuladas nos acervos em instituições podem ser analisadas como fontes de informação, e trazer elementos que podem contribuir na construção do conhecimento sobre o passado da instituição, da própria sociedade e suas transformações no tempo e no espaço.

A Arquivologia por meio da sua metodologia, busca recuperar e estruturar informações relativas às pessoas e instituições, trazendo esses elementos. Nesse sentido, a fotografia será abordada enquanto documento de arquivo, a partir da função que a originou.

Hipótese: A compreensão da fotografia como documento de arquivo amplia seu alcance social e potencializa seu uso.

Objetivo geral: Demonstrar a possível amplitude social e potenciais usos que um acervo fotográfico pode adquirir a partir do tratamento arquivístico.

Objetivos específicos:

1. Investigar o contexto de criação e acumulação do acervo fotográfico do Grupo CEEE.
2. Analisar a fotografia enquanto documento de arquivo, estabelecida dentro de uma série documental, de acordo com a função que a originou dentro da instituição.
3. Demonstrar como o tratamento arquivístico aplicado ao acervo fotográfico do Grupo CEEE pode trazer outros valores à fotografia como documento.

A pesquisa se justifica pois aborda a produção da fotografia dentro de um contexto arquivístico, na perspectiva de elementos diplomáticos aliados a funções arquivísticas consideradas basilares como o arranjo e a descrição que, ao serem

aplicados a um acervo fotográfico, potencializam sua compreensão e possibilitam múltiplos usos por uma sociedade.

Considerando a relevância do Grupo CEEE como instituição no Estado, a pesquisa não se restringe a organização e preservação do acervo, mas também no quanto ela pode ser ampliada, quando relacionada ao seu contexto de criação e uso. Recuperando e preservando a história da instituição através da análise do órgão produtor desses registros, evidenciando a função e estabelecendo vínculos entre a Instituição, a sociedade, governo, e o desenvolvimento econômico, social e político que isso acarretou.

A pesquisa também pode contribuir com as demais áreas do conhecimento levando a percepção da fotografia não como uma mera imagem, mas como documento arquivístico, imbuída de mais significado, possibilitando várias leituras, compreendendo sua principal função. Afinal, a Arquivologia tem essa capacidade de recuperar a trajetória de uma instituição, de pessoas, ou acontecimentos representativos de uma sociedade e relacionar diretamente com o documento criado.

2 A FOTOGRAFIA

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 95) a fotografia é “imagem produzida pela luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 95). Como se trata de imagem, a fotografia é um documento iconográfico quanto ao seu gênero¹.

A imagem reproduzida pela fotografia tem a capacidade de provocar as mais diferentes sensações nas pessoas e desde a sua invenção, o uso da fotografia se popularizou e começou a fazer parte dos acervos pessoais, capturando e guardando momentos importantes do cotidiano das pessoas e também de instituições, se consolidando como forma de registro, preservando e contando a história dos feitos importantes da humanidade.

Frequentemente a fotografia pode ser considerada como um instrumento que pode nos levar a conhecer as coisas e os lugares. (SONTAG, 1981, p. 16). Bem como ser um símbolo de ausência, produzindo uma sensação de distância, sobretudo quando se trata de pessoas, paisagens distantes, cidades longínquas ou do passado que se dissipou. Nesse sentido, ela provoca sentimentos e desperta nossas lembranças.

[...] A fotografia aparentemente não constitui depoimento sobre o mundo, mas fragmento desse, miniatura de uma realidade que todos podemos construir ou adquirir. [...] Abarrotando o mundo, a fotografia convida ao acúmulo. Pregam-na em álbuns, é emoldurada e colocada sobre mesas, presa a paredes, projetada na norma de *slides*. Jornais e revistas a exibem [...] (SONTAG, 1981, p. 4, 5).

Sontag (1981, p.148) ainda continua ao afirmar que a fotografia não é só uma imagem, mas como um “vestígio, diretamente calcado sobre o real, como uma pegada.” Conferindo à fotografia a certeza da realidade, e ao relacioná-la com o propósito de sua criação, é possível perceber seu valor probatório, conferindo a ela um caráter de vestígio, como uma pegada.

¹ O gênero documental é a configuração que um documento assume de acordo com o sistema de signos usado na comunicação do seu conteúdo. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2010, p. 52).

Barthes (1984, p. 46) explica sua relação com a fotografia usando termos como *punctum*, referindo-se ao ponto que cativa, que mais toca o observador quando ele observa a fotografia, estando mais relacionado com a subjetividade, do significado de determinada fotografia para quem a vê. O autor ainda observa que a fotografia representa a certeza de realidade e passado. Também de autenticidade e veracidade, no sentido de que o conteúdo da imagem seja a certeza do fato ocorrido. (BARTHES, 1984, p. 115, 132).

Seguindo nessa mesma linha de pensamento, Manini (2008, não paginado), afirma que a fotografia é uma manifestação visual, havendo sempre um ponto central, uma razão, que motivou a tomada. E acrescenta que deve se considerar os motivos que levaram a esse registro, o seu propósito.

Segundo Kossoy, a fotografia se origina por meio de um processo, uma captura do instante do tempo que é realizada por um fotógrafo. O autor cita três elementos que constituem esse processo:

Três elementos são essenciais para a realização de uma fotografia: o *assunto*, o *fotógrafo* e a *tecnologia*. São estes os *elementos constitutivos* que lhe deram origem através de um *processo*, de um ciclo que se completou no momento que o objeto teve sua imagem cristalizada num processo e definido *espaço e tempo*, suas coordenadas da situação. (KOSSOY, 2012, p. 39).

O autor ainda destaca a trajetória percorrida pela fotografia. Foram necessários pelo menos três estágios para que ela existisse. Em primeiro lugar, houve uma “intenção”, que pode ter partido do fotógrafo ou de outra pessoa que o tenha encarregado de tal tarefa. Depois o registro propriamente dito, quando há a materialização, e por último, os caminhos percorridos pela fotografia: as emoções que despertou, os álbuns em que esteve, os porta-retratos que enfeitou. O conteúdo se manteve, no instante da captura, o tempo parou. (KOSSOY, 2012, p. 47).

A fotografia é parte indissociável da condição humana. O instante da realidade capturada pela fotografia “representa o congelamento do gesto e da paisagem”, e, portanto, a perpetuação da memória do “indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza.” (Kossoy, 2012, p.167). Enquanto a vida segue, pessoas envelhecem, as paisagens se transformam,

a fotografia permanece e atravessa o tempo, registro congelado de uma cena que não se repetirá mais.

Ao longo do tempo, as técnicas relacionadas à fotografia foram se aprimorando, bem como a sociedade foi se transformando. A fotografia passa a ter uma outra perspectiva, a de documento. É esse entendimento que interessa para a presente pesquisa. Enquanto documento ela é imagem e objeto (artefato) e pode ocupar diferentes espaços na sociedade.

Kossoy (2012, p. 50), fala da análise da fotografia enquanto documento, que pode acontecer de duas maneiras. A análise iconográfica examina a fotografia a partir da investigação da matéria (corpo), para chegar ao detalhamento do conteúdo, obtida pela sua expressão (registro visual). Observa a fotografia enquanto objeto, analisando o material empregado e a tecnologia utilizada, acrescida da imagem, que é a expressão constitutiva.

Já a análise iconológica, busca informações que não estão presentes na imagem, mas que fazem parte do seu contexto de produção, são as informações anteriores ao registro, implícitas na fotografia, mas que podem contribuir no seu significado.

Nesse mesmo sentido Lacerda pontua:

Portanto, a fotografia apresenta esses dois aspectos: imagem e objeto. Acrescentaríamos ainda um outro, estreitamente relacionado à imagem, e que diz respeito à sua expressão. Essa expressão seria a forma como uma imagem é mostrada, estando ligada a uma linguagem que lhe é própria e que envolve a técnica específica empregada, a angulação, o enquadramento, a luminosidade, o tempo de exposição, entre outros. Essas três dimensões do registro fotográfico – conteúdo, expressão e forma – é que constroem, em última instância, a mensagem que informa. (LACERDA, 1993, p. 47).

A mensagem informacional de uma fotografia, está relacionada com o que esses dois autores trazem. Kossoy propõe uma análise da fotografia enquanto objeto, para chegar ao detalhamento da imagem. Lacerda acrescenta à imagem, a expressão, que é dada pela técnica, a forma pela qual a fotografia expressa seu conteúdo.

Lacerda esclarece que em um acervo fotográfico, quando a fotografia é tratada como documento, o primeiro item original é o negativo. No entanto, para que o processo fotográfico se complete, para que a imagem se torne visível, é necessário a conclusão do processo, ou seja, a cópia positiva em papel. Que também é considerada original. (LACERDA, 1993, p.50).

Para Lopez (2008, p. 2), para que a interpretação do significado de uma fotografia seja possível, as legendas são fundamentais, pois fazem a ponte entre a imagem e o seu objeto. As legendas também trazer indícios que levam ao propósito de uso e a intenção da fotografia.

Assim, o sentido da fotografia não está na imagem em si. Mas num conjunto de fatores, em todas as informações adjacentes que a complementam. Estas, podem estar relacionadas com o local, a data, o fotógrafo que capturou a fotografia, o motivo da captura. São também uma forma de linguagem que trará compreensão e significado à fotografia.

Manini (2008, não paginado) fala acerca dos usos possíveis da fotografia e destaca: o comercial, quando acontece a comercialização; em exposições ou publicações, levando a fotografia a ser publicada em livros ou revistas; o probatório, quando é usada como prova ou evidência de acontecimentos; o uso didático/científico, quando é utilizada em aulas, palestras, seminários ou semelhantes e ainda o pessoal/familiar, quando faz parte de algum álbum de família.

[...] por onde quer que o homem se tem aventurado nos últimos cento e setenta anos, a câmara² o tem acompanhado, comprovando sua trajetória, suas realizações. Seja como meio de recordação e documentação da vida familiar, seja como meio de informação e divulgação dos fatos, seja como forma de expressão artística, ou mesmo enquanto instrumento de pesquisa científica, a fotografia tem feito parte indissociável da experiência humana. (KOSSOY, 2012, p. 167).

Vale lembrar que a fotografia como objeto de pesquisa científica, deve levar em consideração o comportamento humano que está expresso nela, na forma de comprovação da informação de fatos e circunstâncias em relação às interações acerca do indivíduo quando inserido em uma determinada sociedade e das transformações dessa sociedade ao longo do tempo.

² O termo foi transcrito tal como aparece na 4ª edição da obra Fotografia & História. Mas entende-se “câmera”.

A fotografia também se caracteriza por ser um testemunho histórico de fatos, da participação das pessoas em eventos, num caráter mais social. (MANINI, 2008, não paginado). Nesse mesmo sentido, Kossoy (2012, p. 59) complementa ao afirmar que as imagens são importantes para estudos em diversas áreas, visto que podem representar a cena passada, e possibilitam “um resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural”.

Molina e Fortuna (2022, p. 135) afirmam que ao considerar a fotografia como documento ela nos permite “contato com a cultura de um determinado tempo e lugar”, e disso devem surgir questionamentos de como e porque a memória coletiva permite visualizar “grupos sociais, paisagens e fatos de uma mesma sociedade”.

A memória coletiva pode ser construída a partir de fatos e acontecimentos considerados importantes para determinada sociedade que podem estar representados em fotografias (conforme Fotografia 2 e Fotografia 3). Esses fatos, comuns aos indivíduos dessa sociedade, também fazem parte da construção da identidade dela, que as mantêm e preservam em lugares como arquivos, museus e bibliotecas.

Fotografia 2 - Instalação de luminárias de mercúrio em Porto Alegre



Fonte: Acervo do Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

Fotografia 3 - Rede subterrânea Praça XV



Fonte: Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

2.1 A Fotografia nas diferentes áreas do conhecimento

Kossoy afirma que toda fotografia “constitui uma fonte histórica”, visto que é composta por um “objeto-imagem”, que são partes integrantes da fotografia como documento e não se dividem. Enquanto documento, sempre é criada para uma finalidade e como fonte histórica pode ser útil para os próprios historiadores e demais cientistas sociais. (KOSSOY, 2012, p. 48, 49).

A fotografia fornece informações, que permitem pesquisar, para chegar a formas de conhecimento sobre o passado, como por exemplo, as relações dos indivíduos na sociedade, de como as obras foram executadas no desenvolvimento urbano de cidades ou para documentar processos de trabalho.

Manini (2008, não paginado) complementa ao relacionar a fotografia ao objeto de estudo e pesquisa para áreas do conhecimento como história, sociologia, biologia, antropologia, usando critérios como verossimilhança, representação e ilustração. Dependendo da área, outros critérios como o estético e artístico também podem ser usados.

Segundo Kossoy, as fotografias trazem verismo, o que as diferencia das demais fontes, pois elas formam um conjunto com informações multidisciplinares

que mostram o próprio passado em si, unindo a estética ao contexto histórico. (KOSSOY, 2012, p. 164).

Nesse sentido, as fotografias são ricas fontes de informações, pois elas permitem ter uma visão de como um povo se estabelecia ou uma sociedade se desenvolvia, complementando dessa maneira, as fontes textuais.

Como constituem importantes fontes de informações, diferentes instituições guardam e preservam seus acervos, coleções, ou apenas uma fotografia. Porém, a maneira de organizar, tratar e como se constituem, é que se distingue nas instituições.

Para Bellotto (2006, p. 36), as distinções entre instituições como arquivos, bibliotecas e museus estão na maneira como se origina o acervo e pelo tipo de documento a ser preservado. A forma de entrada em bibliotecas e museus geralmente ocorre através de compra, doação ou permuta. A finalidade dos documentos em bibliotecas e museus é didática, cultural, técnica ou científica.

Para esta autora, tanto a biblioteca como o museu são órgãos colecionadores. Na biblioteca, as unidades são organizadas por assunto, com objetivos culturais, técnicos e científicos, podendo ter múltiplos fornecedores. No museu a coleção é classificada conforme a natureza do material, a finalidade será determinada pelo próprio museu, com objetivos “educativos e culturais”. (BELLOTTO, 2006, p. 38,39).

Silva e Duarte (2016), complementam essa ideia, afirmando que a fotografia pode fazer parte do acervo de museus, que são instituições que atendem a interesses intelectuais, culturais e também à pesquisa. O tratamento é distinto das bibliotecas. A fotografia nos museus³ fica disposta em exposição para auxiliar na pesquisa. Também pode fazer parte de uma coleção fotográfica, estando exposta para esta finalidade. (SILVA; DUARTE, 2016, p. 156)

³ Nos museus, quando é realizado o processo de registro e identificação da peça, também é feito um levantamento fotográfico de cada peça, que é relacionado aos documentos que servem, na catalogação, para identificação, descrição/indexação e localização.

No que se refere ao valor da fotografia nas coleções, esse passa a ter uma importância cultural relevante, quando lhe é atribuído o rastro histórico com as “características únicas de objeto artístico”, alcançando assim, um patamar cultural elevado, “essencial para entender os rumos da arte contemporânea”. (TOSETTO, 2017, p.152).

Tosetto continua ainda ponderando que no contexto do museu, os valores históricos e sociais vão permanecer, pois são intrínsecos a ela, contudo, o que prevalece no museu, é o valor da sua aparência. (TOSETTO, 2017, p. 152).

Padilha (2011, p.23), fala em relação à maneira de separar o material fotográfico de outros objetos em museus. Essa preocupação é levantada em paralelo com o desenvolvimento da fotografia na sociedade, quando a fotografia passa a ter valor documental além do estético. Nesse sentido, passa a ser valorizada devido à complexidade de informações que ela pode trazer. (PADILHA, 2011, p. 23). Essas informações podem ser interpretadas de muitas maneiras, dependendo do olhar de quem a observa.

Um dos fatores para se valorizar e preservar a fotografia nos museus, é a capacidade de trazer informações sobre o passado, que talvez não sejam encontradas em nenhuma outra fonte. Preservar essa fotografia é também uma forma de preservar o passado. (PADILHA, 2011, p. 24).

Nos museus, também existe a preocupação em proporcionar o acesso aos usuários. Nesse sentido, são realizadas exposições e ações educativas e culturais, buscando uma aproximação com a sociedade. Também existe a possibilidade de pesquisa dessas imagens, quando estas instituições adotam bancos de dados. (PADILHA, 2011, p. 23).

Tosetto (2017, p. 155), afirma que dentro do museu a fotografia é vista como objeto, “uma obra de arte”. Pode ser usada como “instrumento, depois como produto da cultura”. Na prática é principalmente a reprodução de obras, contudo, continuará a ser fotografia.

As bibliotecas também são instituições que guardam e preservam a fotografia. Levando em consideração que a fotografia representa a história imagética da nossa

sociedade, tão importante para a preservação da memória quanto qualquer documento textual, as bibliotecas, mesmo não sendo especializadas nesse gênero documental, têm a responsabilidade de preservá-lo e garantir o acesso. (SOUZA; ZAFALON, 2014, p. 97).

Segundo Silva e Duarte (2016, p. 156), são instituições de guarda de documentos sobre o conhecimento humano, com organização temática. A fotografia nas bibliotecas é considerada um documento especial, com tratamento desvinculado e de forma individual do restante do acervo, baseada na classificação e indexação.

Na indexação são levados em conta não somente a imagem mas também o conteúdo das fotografias, que pode partir de análise iconográfica e iconológica. Na descrição do registro catalográfico, também se procura relacionar determinada fotografia a outros itens do acervo, como por exemplo, ligar a foto de um fotógrafo com um livro dele. (SOUZA; ZAFALON, 2014, p. 102, 103).

A fotografia possui muitos valores, mas o valor que prevalece é o documental, fonte de múltiplas informações. Essas informações podem gerar múltiplos significados e interessar várias áreas do conhecimento, possibilitando diversos usos. Devido sua importância como documento, numa perspectiva social, diversas instituições a guardam e preservam, embora a maneira de tratá-las enquanto documento se diferencie entre elas.

Contudo, é na Arquivologia que a fotografia consegue atingir um sentido mais amplo. No arquivo, o fundo documental é resultado do acúmulo natural, produzido e armazenado no exercício de uma função ou atividade. Também segue o princípio da proveniência, pelo qual os documentos devem ser mantidos juntos, não se misturando a outros fundos. A arquivologia explica dessa forma o contexto de produção e uso dos documentos que compõem o fundo, que ajuda a explicar qual era o propósito no momento da criação, servindo como testemunho da vida das instituições.

3 ARQUIVOLOGIA

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 37), Arquivologia é:

Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos.

Ampliando essa ideia, Thomassem (2006, p. 5), afirma que o “conceito central na Arquivologia é o conceito de arquivo”. Continua explicitando que a maioria das pessoas sabe o que é um documento, e que estes são mantidos em arquivos, “por um empregador, uma empresa de habitação, um cartório ou uma empresa de eletricidade”. Também se tem alguma noção sobre o que é um arquivo, seja público ou privado, de uma empresa ou instituição governamental, o reconhecendo como um órgão que acumula documentos de “pessoas, famílias ou outros grupos sociais”, para servir de “suporte para as suas memórias”.

O autor ainda fala acerca da Arquivologia em relação a outras áreas do conhecimento, sintetizando:

A arquivologia é diferente de outras ciências por seus objetos, seus objetivos e suas metodologias. Seus objetos são: informação relacionada a processos, os processos através dos quais esta informação é gerada e estruturada e as circunstâncias sob as quais estes processos são moldados e executados. Seus objetivos são a análise de documentos como produtos e produtores de atividades sociais, e, a um nível pragmático, o estabelecimento, desenvolvimento e conservação da qualidade de documentos e arquivos (disponibilidade, legibilidade, integridade, relevância, representatividade, temática, autenticidade e confiabilidade). Sua metodologia é usar processos de trabalho com estruturas representativas para análise de documentos, e, no nível solicitado, estabelecendo, desenvolvendo e mantendo os vínculos entre informação e documentos, documentos e outros documentos, documentos e processos de trabalho e processos de trabalho e seu ambiente social. (THOMASSEM, 2006, p. 13, 14).

Sendo assim, o ponto de partida é a instituição. Uma instituição tem sua estrutura apoiada nos processos de trabalho. Esses processos de trabalho levam a um objetivo vinculando os processos e os documentos de forma coerente, relacionados ao seu contexto. Esses documentos e processos com vínculos estabelecidos interagem com o meio social. E quando acontece essa interação com o meio social é que a Arquivologia exerce sua principal função, estando a serviço da

sociedade, auxiliando no entendimento com relação aos documentos e sua conexão com a sociedade.

A arquivologia melhora nosso entendimento dos aspectos documentais de interação humana, ajuda os documentos a desempenhar seu papel nessa interação, traz, avalia e ajuda a manter a ligação entre documentos e processos de trabalho, fornecendo as bases para o estabelecimento dos requisitos funcionais para sistemas de conservação, manutenção e uso de arquivos e documentos, além da fundamentação para uma política de avaliação, controle de recuperação de documentos eficiente e efetiva. (THOMASSEM, 2006, p. 14).

Os documentos são resultado de processos de trabalho. Os processos são representações da interação de grupos sociais, que são significativos para estes, e para as comunidades e a sociedade é importante guardar essa memória. A Arquivologia ajuda no entendimento de como essa memória foi criada e auxilia a estruturar essas informações para que possam ser recuperadas. Dessa forma, estará disponível, para que se entendam as “interações humanas” a partir dos arquivos.

Bellotto (2014, p. 307) em relação a Arquivologia afirma que o que dá sentido à Arquivologia é a “transversalidade de seu objeto”. Não é o documento de forma geral nem a informação que ele contém, mas seu valor probatório e seu contexto. Não no conhecimento que se pode construir a partir dele, mas nas relações que mantém com as ações para as quais foi criado, que lhe dão um “caráter específico e único”.

Sendo o arquivo o “objeto” da arquivologia, Thomassem (2006) afirma:

Arquivos funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. Eles precisam de suas memórias individuais e organizacionais para que possam manter sua capacidade de serem entendidos e de documentar sua própria história. É importante para a sociedade que as organizações funcionem bem, que indivíduos e associações sejam responsáveis por seus atos, e que registros de valores culturais duradouros sejam preservados através do tempo. (THOMASSEM, 2006, p. 7).

Nesse mesmo sentido Heymann (2010, p. 113), numa perspectiva sociológica dos arquivos, sugere que estes são resultado de “processos sociais”, a partir dos quais os documentos são criados tendo em vista a “preservação e a valorização da memória e seus agentes”. Esses processos “estão na origem de distintos contextos de uso”, dentre eles, o uso mais evidente está relacionado com a pesquisa científica.

Mas existem outros, não tão visíveis, relacionados aos arquivos como representativos de grupos sociais e também os agentes responsáveis por sua gestão.

E é nesse sentido, que a Arquivologia se diferencia das outras áreas do conhecimento. Pois os documentos são criados a partir de processos administrativos, que são resultado da interação social. A Arquivologia estabelece esses vínculos, ligando produtor e documento, estrutura e preserva a memória de pessoas, instituições e fatos representativos da sociedade, através do tempo, para que possam ser compreendidos.

Lacerda (1993, p. 48) pontua que cada documento pode trazer a sua informação, mas é o conjunto que vai estabelecer a relação desse documento com o produtor. Isso leva a outras ligações como do registro com a função pela qual foi criado. Esta autora fala mais especificamente desses contextos da Arquivologia em relação à fotografia:

A potencialidade informacional da fotografia [...] Será tanto maior quanto for possível articular todos os elementos fornecidos pelo contexto documental originário do qual é parte orgânica, gerando uma multiplicidade de informações que permitem uma abordagem que transcende os limites do próprio documento [...] em aberto, reflexo de um olhar congelado no passado, mas que o tempo e as circunstâncias se encarregam de reorganizar, conferir novos significados e que será recontextualizado e reconstruído por cada novo olhar. (LACERDA, 1993, p. 52 ,53).

Manini (2008, não paginado), também fala da fotografia enquanto documento de arquivo. Para tanto, é necessário que tenha proveniência, que esteja relacionada a uma função, respeitando a organicidade do fundo ao qual pertence. Deve ser tratada, compor arranjos, ser descrita e possível de ser recuperada e acessada. A partir disso, os usuários poderão fazer uso das informações contidas nela.

A Arquivologia deve estar e está a serviço da sociedade da qual faz parte. Seja para fins administrativos ou para preservar a memória de instituições ou de grupos sociais e suas transformações, para entendimento do seu passado e compreensão do presente. A Arquivologia é uma ciência social aplicada e é através das funções arquivísticas e pela identificação e análise do contexto que são estabelecidas essas relações. Essas questões serão abordadas na sequência.

3.1 Contexto

Na Arquivologia, a noção de contexto é básica, visto que está ancorada no princípio da proveniência (Fonseca, 2010, p. 248). Um documento arquivístico tece uma teia, que se liga em múltiplas direções. Está relacionado com a identificação da entidade produtora dos documentos, sua estrutura, as funções que desempenha e os documentos que são criados a partir disso, estabelecendo uma relação entre o criador e o documento, que é uma evidência de um ato administrativo. No fluxo deste documento dentro da própria instituição e nas relações que estabelece com outros documentos, outras instituições e com os indivíduos.

O Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa, define “contexto” como: “inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação.” (HOUAISS ELETRÔNICO, 2009).

Thomassem (2006), traz a seguinte definição para contexto arquivístico:

O contexto arquivístico são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Esses fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico. (THOMASSEM, 2006, p.10)

Outra autora que fala em relação a contexto é Rondinelli, abrangendo todas as instâncias que envolvem a criação de um documento.

É o elemento que se traduz no ambiente no qual a ação geradora do documento acontece. O elemento contextual se subdivide em quatro: contexto jurídico administrativo, isto é, o sistema legal e organizacional ao qual a instituição criadora do documento pertence; contexto de proveniência, referindo-se à instituição em si, sua missão, estrutura organizacional e funções; contexto de procedimentos, ou seja, ações preestabelecidas ao longo das quais o documento é gerado; contexto documentário, que se refere ao documento com todos os seus elementos constitutivos. (RONDINELLI, 2005, p. 59).

Estes dois autores falam em relação ao ambiente, ou seja: o contexto leva em consideração o ambiente onde o documento é criado, mesmo antes de um documento ser produzido, e as circunstâncias que levaram a isso.

Rondinelli subdivide o elemento contextual em quatro: o contexto jurídico administrativo refere-se às leis e as normas externas à instituição, pertinentes em

cada caso. Se for instituição pública, a qual órgão é subordinada, a legislação que regulamenta as atividades dessa instituição, fornecendo a sua base legal.

O contexto de proveniência, refere-se a estrutura, como a instituição é organizada, por meio de organogramas e regulamentos internos. Thomassem (2006, p. 10), complementa essa definição, ao falar que este contexto envolve a maneira como as funções estão estruturadas, dentro da Instituição, no fluxo de documentos que essas funções originam, quais agentes desempenham essas funções e seus mandatos legais.

O contexto de procedimentos refere-se a padronização na tramitação dos documentos, as competências de cada departamento, estabelecidos pelos atos normativos.

Já o contexto documental é o documento em si, identificado através de um plano de classificação, tabela de temporalidade e outros instrumentos arquivísticos, situando o documento dentro do fundo documental ao qual ele pertence.

Thomassem (2006, p. 10) ainda traz o contexto de uso, que não é mencionado por Rondinelli, se referindo aos “usuários, suas competências, as perguntas que fazem, e as maneiras pelas quais tentam respondê-las”. Em síntese, a quem esse documento interessa, seus usos como fonte de informação.

Heymann (2010, p. 118) também fala sobre o contexto de uso, e complementa essa ideia. Para esta autora, no momento da criação, os documentos têm como destinação o “uso prático” pela Instituição que os criou e não a consulta pelo pesquisador. Embora em alguns casos, durante esse uso, já exista a preocupação com a guarda e a preservação desses registros, para fins de pesquisa. Onde num primeiro momento os documentos servem à Instituição, e posteriormente, na fase permanente, podem fornecer acesso às “práticas sociais, visões de mundo”, “que emergem dos universos sócio-históricos nos quais estão inseridos”.

Em relação à fotografia, Lopez (2008, p. 9) aborda o contexto da produção de fotografias, enquanto documento de arquivo dentro de uma instituição, afirmando que para entender a fotografia como documento de arquivo, é necessário contextualizá-lo. Ou seja, é preciso que esteja vinculado a uma série documental

“mas também aos outros documentos, de qualquer natureza, gerados pela mesma atividade”.

Em suma, falar de contexto é analisar o todo. A instituição como se constitui juridicamente. As funções que desempenha, os documentos que gera, o trâmite dos documentos e as relações entre os mesmos. Porquê e para quê esses documentos são criados e posteriormente seu valor como fonte de informação, como representações de determinados grupos sociais.

Além do contexto, que relaciona documento e produtor, as funções arquivísticas se destinam a estruturar essas informações, para que sejam compreensíveis e acessíveis aos usuários. As funções serão abordadas na sequência.

3.2 As funções arquivísticas

As funções arquivísticas são atividades exercidas pelos arquivistas. Estas atividades são encadeadas referentes ao tratamento de documentos que pertencem a um fundo de arquivo, ao longo do seu ciclo vital. (DIAS, 2021, p. 15).

Estas devem ser abordadas abrangendo os princípios, métodos e operações “que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos”. Sendo elas: criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 265). Embora os autores ROUSSEAU e COUTURE as identifiquem, não são conceituadas por estes.

Para outros autores, a criação, classificação e avaliação fazem parte da gestão de documental, sendo que são uma sequência de operações, que podem ser aglutinadas em uma função, tendo como subsequentes a conservação, a descrição e a difusão. Diferindo em parte da “visão custodial”, defendida por Rousseau e Couture. (SOUZA, K. I. M., 2011. p. 74).

Para fins de conceitualização das funções, optou-se pela abordagem conforme definidas por Rousseau e Couture.

3.2.1 Criação/produção

Esta função está relacionada ao processo que envolve a criação de documentos (LEHMKUHL, 2021, p. 69). Esses documentos são produzidos em razão da atividade da instituição, do exercício de uma função. (PEREIRA; SILVA, 2019, p.2).

Qualquer documento, no momento em que é criado, possui valor primário, estando assim esta função relacionada à idade corrente e “a execução da função criação/produção não poderia ter como resultado outra coisa senão o próprio documento” (SOUSA, F. N., 2013, p. 23).

Sousa destaca que

O planejamento de produção dos documentos nas instituições envolve um estudo de diplomática e tipologia documental. Esse estudo contribuirá para o reconhecimento das espécies e dos tipos documentais que serão produzidos pela instituição. Cada documento terá a estrutura que deve ter, cumprindo assim os critérios de eficiência administrativa e contribuindo para o cumprimento das obrigações legais. (SOUSA, F. N., 2013, p. 21,22).

Esta função, portanto, está relacionada ao “processo de reconhecimento tipológico e diplomático”, que vai auxiliar no controle desde o momento da criação dos documentos, além do “estabelecimento de normas de padronização tipológica”, considerando também a autenticidade e veracidade dos documentos produzidos. (LEHMKUHL, 2021, p. 70)

3.2.2 Aquisição

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística remete o termo aquisição à entrada de documentos, que por sua vez, é definida como “ingresso de documentos em arquivo, seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência”; e ainda “ingresso de documentos em arquivo corrente através de protocolo”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 85).

Segundo Sousa F. N. (2013, p. 35) esta função “pode estar presente em todo o ciclo da vida dos documentos”, podendo ser relacionada ao seu ingresso no arquivo corrente, na transferência de documentos de arquivos correntes para

arquivos intermediários, e no recolhimento para arquivos permanentes, que por sua vez deve estar baseado numa tabela de temporalidade, resultado do processo de avaliação⁴.

Se o acervo foi adquirido é porque ele tem uma importância jurídica, cultural, histórica, seja para a instituição e/ou para a sociedade. [...] será um acervo que precisará de cuidados. Portanto, os cuidados de conservação se aplicaram diretamente a esse acervo adquirido. Em outras palavras, a doação - forma preferida de aquisição de instituições públicas brasileiras, devido à falta de recursos financeiros - nunca é de fato gratuita, se não vier acompanhada com seus gastos de preservação. (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 18).

Pereira e Silva (2019) esclarecem que, ocorrem casos em que cientistas, literatos, presidentes gostam de deixar seus arquivos pessoais como doação às instituições, também seus familiares após a morte destes. Nesse caso, o arquivo fica custodiado pela instituição. Contudo, nesses casos, é importante fazer um planejamento, justificando o tipo de acervo adquirido, para evitar o acúmulo de acervos que “nada enriqueçam ou tenham a ver com a instituição custodiadora”. (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 18).

Os autores ressaltam a importância de uma política para aquisição de acervos, pois ao se adquirir arquivos doados para a custódia, estes devem ser coerentes com o perfil da entidade custodiadora, servir a sociedade que se identifique com este acervo e possa se beneficiar das informações que estão contidas nele.

3.2.3 Classificação

Camargo e Bellotto definem classificação como:

Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam distribuir os **documentos** de um arquivo. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2010)

Sousa R. T. B. (2006, p.134) esclarece que essa sequência de operações no processo de organização dos documentos envolve três conceitos: “classificação, ordenação e arquivamento”. Os dois primeiros são intelectuais, enquanto que o arquivamento é físico.

⁴ Esta função será abordada na subseção 3.2.4

[...] a classificação é, antes de tudo, **lógica**: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, **classes** genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas [...] (GONÇALVES, 1998, p. 12)

Gonçalves também fala em relação a ordenação, que esta trata do tipos documentais e seu objetivo é facilitar e agilizar a consulta aos documentos quando estes atingem grandes volumes. (GONÇALVES, 1998, p.12).

Sousa F. N. (2013, p. 24) afirma que “um dos principais problemas enfrentados nos arquivos correntes é a organização de documentos de forma que eles possam ser rapidamente encontrados quando solicitados”. Para tanto, é necessário que os documentos estejam ordenados e de fácil acesso.

Sendo assim, a classificação se trata de separar um conjunto de elementos, estabelecendo classes. Ordenar, se trata de unir os elementos de cada classe, estabelecendo uma ordem, que pode ser alfabética, cronológica ou numerológica. A classificação precede a ordenação e se aplica ao fundo como todo ou seções deste fundo, enquanto a ordenação se aplica aos documentos de cada série. (SOUSA, R. T. B., 2006, p.135).

Gonçalves (1998, p. 12) esclarece que a classificação tem como objetivo dar "visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos".

Nesse mesmo sentido, (Sousa, F. N., 2013, p. 25) continua ao afirmar que “a classificação [...] deve estar respaldada no princípio da proveniência, produzindo instrumentos que estabeleçam as relações da instituição e sua estrutura enquanto constituidora de fundos, grupos, séries".

A classificação deve seguir os princípios de respeito aos fundos e ordem original, e deve refletir o funcionamento da instituição, haja vista que os documentos são resultados do cumprimento de funções e atividades. A classificação atribuída ao documento, vai acompanhá-lo durante seu ciclo de vida.

Desta função arquivística resulta o plano de classificação de documentos. Alguns autores separam classificação e arranjo, sendo que este último é uma classificação também, embora seja aplicado em arquivos permanentes.

Nesse sentido Gonçalves (1998, p. 12) esclarece que em ambos os casos, o procedimento é o mesmo: “definir grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades” de uma instituição pelo período abrangido pela documentação.

Para Sousa R. T. B.,(2006, p. 139), não é benéfico separar esses termos (arranjo e classificação), visto que são apenas as “fases de um mesmo processo”. Embora o uso que se faça desses conjuntos documentais se altere com a idade em que se encontram (corrente, intermediária ou permanente), a função pela qual o documento foi criado, e que foi a base da classificação, não muda, e o acompanhará durante todas as idades.

A classificação é condição fundamental para que se compreenda um documento de arquivo plenamente. Sem ela, o documento perde aquilo que o diferencia dos demais: a organicidade. Ou seja: nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente ou fora do seu contexto de produção. (GONÇALVES, 1998, p. 13).

Em relação a classificação arquivística de fotografias institucionais, Machado e Madio (2019, não paginado) afirmam que a inclusão da “fotografia no quadro de documentos arquivísticos é relativamente recente” se comparada à aplicação das funções arquivísticas em documentos textuais. Sendo assim, a classificação de fotografias ainda é um tema que necessita ser mais problematizado, “em função das lacunas teóricas e práticas”. (MACHADO; MADIO, 2019, não paginado).

É recorrente a utilização de fotografias nas instituições. Contudo, é imprescindível a compreensão do contexto de produção, para evidenciar os motivos que levaram a produção desse registro, servindo dessa maneira, para fins “probatórios e de informação”, presumindo um conjunto orgânico. (MACHADO; MADIO, 2019, não paginado).

A classificação é uma das funções matriciais na Arquivologia, relacionando o documento ao seu produtor e aos demais documentos, dentro de um mesmo fundo documental. É a função que vai evidenciar a estrutura e o funcionamento de uma instituição.

3.2.4 Avaliação

A avaliação traz benefícios às organizações, dentre os quais a "possibilidade de se definir quais documentos devem ser preservados para fins administrativos e de pesquisa e quais poderão ser eliminados e quando". (SOUSA, F. N., 2013, p. 28).

Segundo Lehmkuhl (2021, p. 74) a avaliação consiste no "processo no qual serão identificados os valores (primário ou secundário) dos documentos". Nesta função também são estabelecidos os prazos de guarda e destinação final.

O valor primário é atribuído ao documento quando da sua utilização imediata e administrativa, pela razão da sua criação. Enquanto o valor secundário, é baseado na utilização posterior para fins científicos ou testemunhais. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 117).

A avaliação terá como produto a Tabela de Temporalidade, contendo os prazos de guarda. A eliminação somente poderá ocorrer após a avaliação por parte de uma comissão permanente de avaliação, formada por uma equipe multidisciplinar. (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 5). A Listagem de Eliminação de Documentos⁵ deve ser submetida para aprovação do titular do órgão. Após autorização, deve ser dada publicidade ao fato de estarem eliminando os documentos que constam na listagem. No Brasil, esta publicidade é no caso de documentos públicos.

Outro fator importante para o processo de avaliação é que os documentos já estejam classificados, visto que a avaliação não se dá em peças individuais e sim no conjunto documental "que mantém relações comuns entre si". (SOUSA, F. N., 2013, p. 29).

Os documentos adquirem seu valor secundário quando são relevantes para a sociedade, por conter informações essenciais que podem se referir a uma pessoa ou instituição. Nesta avaliação são considerados o "contexto histórico, temporal, cultural e social". (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 5).

⁵ A Resolução nº 40 de 2014 do Conselho Nacional de Arquivos dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. A Resolução nº 44 de 2020, dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º e seus respectivos anexos.

Nesses casos, podem se referir a pessoas públicas, ou instituições, refletindo as atividades que exerceram e se tornam permanentes porque fazem parte da trajetória política, econômica, social e cultural de uma comunidade, seu surgimento e desenvolvimento. A preservação é relevante para despertar a sensação de pertencimento e conhecimento do passado dos indivíduos.

3.2.5 Conservação/Preservação

Embora esses dois conceitos sejam vistos como sinônimos, alguns autores tratam eles de forma isolada.

Cassares separa esses dois conceitos da seguinte maneira quando fala em conservação:

é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento). (CASSARES, 2000, p. 12).

No que se refere a preservação a autora define como:

um conjunto de medidas estratégicas de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. (CASSARES, 2000, p. 12).

Como pode ser visto, a conservação é uma intervenção sobre os documentos para prevenir danos maiores, enquanto que a preservação trata de uma política organizacional com medidas preventivas objetivando a segurança dos documentos.

As medidas preventivas são estratégias e técnicas e têm por objetivo evitar que acidentes aconteçam e causem dano para um acervo, prolongando assim sua vida útil. (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 14).

Existem dois fatores que afetam a preservação: os agentes externos e internos de deterioração; os agentes externos relacionados estão relacionados às condições de armazenamento e uso dos documentos; enquanto que os agentes internos estão relacionados ao suporte onde estão registradas as informações. (SOUSA,F.N., 2013, p.41).

Os agentes de deterioração existem independente da forma de armazenamento dos documentos, daí a importância de uma política de preservação, que pode contribuir para uma conservação mais longa. Para essa política, é preciso

o envolvimento da administração da instituição, qualificação profissional, além de recursos financeiros. (SOUSA, F. N., 2013, p. 42).

3.2.6 Descrição

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 15).

Lopez (2002, p. 12) afirma que “somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de uma acervo”, porque ela fornece ao usuário o conteúdo e a localização dos documentos.

A classificação e a descrição são funções complementares, sendo que a classificação auxilia no processo de descrição, porque é representada pela organicidade, o respeito aos princípios de proveniência e respeito aos fundos, permitindo a identificação do criador e do contexto de criação. (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 9). A classificação precede a descrição.

Para alguns autores, como Bellotto, a descrição “é típica de arquivos permanentes”, não fazendo parte dos arquivos correntes, onde o correspondente nos arquivos correntes “é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação”, que servem de referência para recuperar a informação. Também não faz sentido descrever os arquivos intermediários. (BELLOTTO, 2006, p. 173).

Há casos onde os arquivos já estão classificados desde a fase corrente, não sendo necessário elaborar outro quadro de arranjo; mas também pode ocorrer de um acervo chegar até a fase permanente sem ter sido classificado. Neste caso, deve-se elaborar primeiro o quadro de arranjo, para depois descrever.

A descrição está relacionada à criação e representação de substitutos para a relação entre os documentos e seus contextos, da qual resultam instrumentos na forma de guias, inventários, catálogos, que contam com normas nacionais e internacionais para padronização de descrição multinível (descrição em níveis)

configurando assim uma representação padronizada e interoperável. (SILVA; TOGNOLI, GUIMARÃES, 2017, p. 47).

Segundo Bellotto, a descrição em níveis, do geral para o particular, vem desde a década de 1980, sendo seu ponto mais importante o respeito aos princípios da proveniência e da organicidade. (BELLOTTO, 2006, p. 182). As normas de descrição, nacionais e internacionais, possibilitam uma padronização e são aplicadas de forma a estabelecer uma “relação hierárquica” e interoperável, a denominada “descrição multinível”.

Dentre as normas de descrição pode-se citar a ISAD(G) - Norma Internacional de Descrição Arquivística, ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, ISDIAH - Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico, ISDF - Norma Internacional para Descrição de Funções e a NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística, adaptação da ISAD(G) e da ISAAR (CPF) para a realidade brasileira. (NOBRADE, 2006, p.9).

A descrição é uma das funções basilares na Arquivologia, principalmente porque recupera informações sobre o contexto, que auxilia na compreensão do conteúdo de acervos para os usuários posteriores. As normas facilitam a recuperação desses contextos e das relações entre os documentos (YEO, 2016, p. 136, 147). Este autor fala que quando se enfatiza o contexto e a autenticidade, se evidencia o valor de prova e as ações que levaram a criação de um documento, resultado de uma atividade ou função cumprida, a partir da proveniência.

Yeo (2016, p. 135) afirma que a descrição é tanto um processo como um produto. O produto se configura na forma dos instrumentos de pesquisa, voltado aos usuários. Já o processo é analítico, realizado a partir de princípios arquivísticos, e permite descrever os documentos num contexto mais abrangente, criando uma representação maior e ampliando seu sentido.

3.2.7 Difusão

Bellotto cita três modelos de difusão: cultural, editorial e educativa. A difusão cultural se dá por meio de debates, palestras, lançamentos de obras, simpósios, congressos e jornadas. Segundo a autora, nesse modo de difusão “se lança elementos de dentro do arquivo para fora”, procurando ter uma ampla abrangência, e que “permite o retorno dessa mesma política”, com atrativos dentro do arquivo. A difusão editorial se dá na forma de publicações, levando informações acerca do conteúdo de um acervo. Já a difusão educativa, se dá a partir de uma aproximação dos estudantes com os arquivos, na forma de contato direto com os documentos. (BELLOTTO, 2004, p. 228 ,229, 234).

A difusão ajuda a chamar a atenção dos usuários para os documentos que um arquivo contém. Para tanto, podem ser utilizadas várias ferramentas. É necessário primeiro, definir o tipo de usuário, para depois escolher a ferramenta mais apropriada. (SOUSA, F. N., 2013, p. 37, 38).

O uso da ferramenta mais apropriada é que vai aproximar o público do acervo, para conscientizar o mesmo sobre a importância dos arquivos, sendo fundamental identificar o público e buscar as estratégias mais adequadas, visando a acessibilidade a essas informações.

[...] a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade, [...] transparência, [...] atingir determinado público, [...] entender qual é o público, [...] estudar as competências informacionais do público, [...] realizar a mediação, [...] procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia. (ROCKEMBACH, 2015, p. 113).

Dentre esses três vértices, uma atenção especial deve ser dispensada aos usuários. Pois não basta recolher, classificar/arranjar, avaliar, proteger a integridade e descrever os arquivos. É preciso que as informações contidas nos arquivos cheguem aos usuários e haja uma interação. Ressalta-se o papel de mediador do arquivista, pois é ele que busca os meios mais eficientes nessa interação entre a informação que os acervos contém e o indivíduo que fará uso dessa informação.

As funções arquivísticas também envolvem o reconhecimento diplomático e tipológico dos documentos. A Diplomática será abordada na sequência.

3.3 Diplomática

De uma maneira geral, a Diplomática fornece os elementos que amparam a teoria arquivística a partir dos seus princípios. Segundo Bellotto (2015, p. 5) “a essência original da Diplomática reside na sua viabilidade de contribuir para a averiguação da autenticidade” em relação “aos elementos que compõem a estrutura” de um documento, ou seja, a soma dos caracteres internos e externos. A diplomática, segundo esta autora, alcança qualquer documento arquivístico, vindo de qualquer proveniência e no mais variado suporte.

Tognoli (2018, p. 35) complementa, em relação à autenticidade dos documentos, afirmando que “distinguir os documentos falsos dos verdadeiros sempre foi o objetivo da Diplomática”. Diplomatas clássicos e modernos analisavam os documentos que serviam de testemunho para fatos, tanto para objetivo prático-jurídico ou para contar fatos do passado numa perspectiva histórica. Para compreender se o documento era falso ou verdadeiro primeiro se estudava a sua forma.

A forma de um documento revela e perpetua a função a que serve. Com base nessa observação, diplomatas antigos estabeleceram uma metodologia para analisar formas documentais que permitiram a compreensão de ações administrativas e as funções que as geraram. Essa metodologia baseou-se no entendimento de que, apesar das diferenças quanto à origem, procedência ou data, todos os documentos apresentam formas bastante semelhantes para possibilitar a concepção de uma fórmula documental típica, ideal, mais regular e completa, com o propósito de examinar todos os seus elementos. Uma vez identificados os elementos dessa forma ideal e suas funções específicas, as variações e presença ou ausência nas formas documentais existentes irão revelar a função administrativa dos documentos que manifestam aquelas formas. (DURANTI, 2015, p. 197).

Duranti continua, esclarecendo que a forma documental é “o conjunto de regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem”, podendo ser física (constituída pelos elementos extrínsecos) como suporte, o texto, a linguagem, os sinais especiais, os selos e as anotações; ou intelectual (constituída pelos elementos intrínsecos) como o assunto ou as partes que se articulam para determinar todo o conteúdo. (DURANTI, 2015, p. 197).

Na criação do documento destacam-se três elementos: o fato, a natureza jurídica do ato, a forma da redação. É da relação entre o ato jurídico e o que se pretende dele, que teremos a conotação formal do documento. (BELLOTTO, 2010, p. 167, 168).

Segundo Bellotto, a espécie documental é a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”, sendo analisada pela diplomática. Enquanto que a tipologia documental é a configuração que a espécie documental assume “de acordo com a atividade que a gerou”. (BELLOTTO, 2006, p. 56, 57).

As metodologias usadas pelas análise diplomática e análise tipológica diferem, embora estejam estritamente ligadas. Enquanto Diplomática analisa a estrutura interna do documento, “o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres”, para atingir sua autenticidade, a tipologia estuda o documento “enquanto componente de conjuntos orgânicos”, fazendo parte da mesma série documental, correspondente à mesma atividade. (BELLOTTO, 2002, p. 19, 21).

A análise tipológica pode partir de dois pontos: partindo da Diplomática, o “elemento inicial” é o próprio documento, seguindo da anatomia do texto ao discurso, até a espécie, da espécie até o tipo documental, do tipo à atividade e da atividade até o produtor do documento. Em contrapartida, partindo da Arquivística, o elemento inicial é a entidade produtora, a competência, daí para a estrutura, para o funcionamento, do funcionamento até a atividade, desta ao tipo, do tipo à espécie e da espécie até o documento, partindo dessa maneira, do princípio da proveniência. (BELLOTTO, 2006, p. 61).

Para a identificação do tipo documental é necessário o reconhecimento “dos elementos internos e externos do documento”. É um processo analítico, fundamental para o desenvolvimento das funções arquivísticas. (RODRIGUES, 2010, p. 188).

De uma maneira mais específica, a identificação do tipo documental ou identificação arquivística é realizada para o planejamento das funções, como a descrição, objetivando seu tratamento. É uma pesquisa crítica sobre a gênese do documento de arquivo baseado na busca de informações em fontes específicas sobre o órgão produtor e os documentos. (RODRIGUES, 2011, sem paginação).

Essa informação sobre o órgão produtor, que se evidencia no conteúdo pelo registro da atividade, que constitui o “ núcleo da identidade”, definido pelo conjunto de características que são próprias do documento arquivístico, garantem a capacidade que este tem de provar um fato e o tornam único. (RODRIGUES, 2010, p. 178, 179).

A Diplomática valida a própria essência da Arquivologia, que considera um documento de fora para dentro mesmo antes da sua criação, e é a chave para a compreensão e aplicação das bases teóricas da organização e estruturação dos arquivos, segundo Bellotto (2015, p. 5).

A seguir, a fotografia será abordada como documento arquivístico dentro da Arquivologia.

4 A FOTOGRAFIA NA ARQUIVOLOGIA

Existe uma vasta publicação na área da Arquivologia a consolidando como disciplina quando se refere a documentos escritos. Em relação a fotografia isso não aconteceu na mesma proporção, nem no mesmo período de tempo.

Um dos marcos para a disciplina foi a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, publicado originalmente em 1898. Este não faz menção a fotografia nos arquivos, embora esta tenha sido inventada em 1839⁶ e, quando do lançamento do referido Manual, a fotografia já fosse usual em meio a profissionais de diversas áreas de atuação, fotógrafos, famílias e empresas. (LACERDA, 2008, p. 32).

Outra autora também cita o uso da fotografia já no ano de 1871, como evidência e prova pela polícia em Paris na identificação e perseguição de criminosos, e pelos Estados modernos como controle e vigilância da população. (SONTAG, 1981, p. 5).

Jenkinson, com publicação original em 1922, menciona a existência da fotografia nos arquivos, contudo como complemento a documentos escritos e não dotados de organicidade. (LACERDA, 2008, p. 48, 49).

A inclusão da fotografia nos manuais e publicações sobre a Arquivologia acontece a partir de Schellenberg, como afirma Aline Lacerda em sua tese publicada em 2008. Schellenberg, com a publicação da sua obra *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, publicado originalmente em 1956, é o primeiro autor que fala da fotografia como documento de arquivo, quando define documento como:

Todos os livros, papéis, mapas, **fotografias** ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SHELLENBERG, 2006, p. 41, **grifo nosso**).

Além de mencionar claramente a fotografia como documento de arquivo, o autor estabelece a fotografia como resultado de uma função ou atividade dentro de

⁶ O Daguerreótipo foi anunciado publicamente em 1839, na Academia de Ciências de Paris e foi considerado o primeiro processo fotográfico a ser comercializado para o público.

uma instituição. Isso confere à fotografia um tratamento arquivístico segundo os princípios fundamentais da Arquivologia, além de acrescentar o contexto.

Rousseau e Couture em seu livro *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*, publicado originalmente em 1994, também abordam a fotografia afirmando em relação aos documentos fotográficos, que os mesmos devem ser avaliados e selecionados. Contudo, é uma tarefa difícil pela falta de regras que determinem o destino das fotografias, também exigem mais conhecimento técnico e uma aprendizagem “para ler e interpretar o conteúdo dos documentos fotográficos”. Os autores falam da aplicação do método de amostragem, que pode ser um problema tendo em vista a dificuldade em determinar o valor “que pode representar uma imagem”, correndo o risco de não representar o conjunto. (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 232, 233).

Bellotto é outra autora que também conceitua documento, incluindo a fotografia:

[...] qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a **fotografia**, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana. [...] Recolher, tratar, transferir, difundir informações é o objetivo convergente de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. (BELLOTTO, 2004, p. 35, **grifo nosso**).

Bellotto inclui a fotografia na sua definição de documento. Como documento de arquivo, a fotografia é criada como resultado de uma função desempenhada por uma pessoa ou Instituição.

Lopez (2008) afirma:

O desafio dos documentos fotográficos de arquivo consiste em identificar as interrelações entre as atividades do titular e os documentos por ele produzidos e/ou acumulados. Consiste em saber separar, a despeito da informação primária veiculada, a função geradora de tais documentos para o titular. (LOPEZ, 2008, p. 9).

Nesse mesmo sentido, Junior e Lopez (2022), complementam que é imprescindível conhecer a entidade produtora das fotografias, para que se possa

então compreender os objetivos que deram origem a elas, visto que os documentos fotográficos são “descontextualizáveis e recontextualizáveis” a cada novo uso que se faz deles. (JUNIOR; LOPEZ, 2022, sem paginação).

No Brasil, somente em 2014 o CONARQ publicou uma resolução que dispõe sobre a inserção dos documentos iconográficos em programas de gestão documental de instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, onde em seu Art. 1º, Inciso 1º dispõe:

Implementar política de gestão arquivística de documentos integrando todos os gêneros documentais, incluindo os audiovisuais, **iconográficos**, sonoros e musicais, independentemente do formato e do suporte em que estão registrados, por meio da classificação e avaliação arquivística, bem como dos procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação e uso. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, **grifo nosso**).

Dessa maneira, fica evidente que na Arquivologia existe uma variedade de publicações e manuais técnicos no que se refere aos documentos textuais, enquanto que a fotografia, embora faça parte do cotidiano da sociedade e das instituições, demorou mais tempo a ser reconhecida. As discussões referentes ao tratamento arquivístico da fotografia é um tema que carece de mais publicações e manuais técnicos abordando uma metodologia para que esta possa ser melhor contextualizada, dando um significado mais amplo para a fotografia a partir do seu tratamento enquanto documento de arquivo.

5 METODOLOGIA

A metodologia é a “apresentação do caminho que o pesquisador irá seguir, ou que ele traçou, para a realização da pesquisa” (KAHLMAYER-MERTENS, 2007, p. 52). Esta pesquisa apresenta-se portanto, em relação a sua dimensão, como qualitativa, “a que normalmente prevê a coleta de dados a partir de interações sociais do pesquisador com os fenômenos sociais.” (APPOLINARIO, 2016, p. 61).

O levantamento de dados foi realizado através da pesquisa bibliográfica, para a contextualização teórica e para auxiliar na argumentação. A pesquisa bibliográfica segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.” Para esta pesquisa foram abordados diversos autores com publicações na área de Arquivologia e outros com publicações tendo a fotografia como tema.

Inicialmente buscou-se alguns autores com obras clássicas sobre a fotografia. Após, esta foi aprofundada a partir da busca de termos “arquivologia”, “fotografia” e “contexto” na Brapci (Base de Dados Referenciais de artigos de Periódicos em Ciência da Informação) que trouxe algumas publicações sobre o tema pretendido. Contudo, estas não corresponderam a especificidade da pesquisa, mas levaram a outras publicações que foram encontradas em repositórios de Universidades como USP, Unesp, UFSC e publicações da Revista Acervo do Arquivo Nacional.

Este trabalho contou também com a pesquisa documental, para a identificação arquivística, levando em conta o primeiro objetivo. Lakatos e Marconi (2003, p. 174) afirmam que a característica da pesquisa documental é aquela que a “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Para esta pesquisa documental foi realizada uma visita previamente agendada ao Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul, que resultou em informações que complementam o contexto de produção.

Foram recuperados relatórios do Grupo CEEE, alguns elaborados pelo próprio setor de Relações Públicas, outros que foram encaminhados ao Banco Mundial, o primeiro Regulamento Interno de 1952 e o posterior de 1965.

Essa pesquisa documental foi de suma importância pois agregou o contexto ao acervo fotográfico, evidenciando a relevância do Grupo CEEE, com um programa de eletrificação para todo o Estado, considerado pioneiro na época, frente ao desenvolvimento econômico, social e político que isso proporcionou ao Estado.

A pesquisa documental se baseou no texto de Fernando Vieira: *Preservação do acervo fotográfico do Grupo CEEE: O desafio de digitalizar e disponibilizar o acervo para a sociedade*. Fotógrafo aposentado da CEEE, trabalhou na Instituição de 1982 a 2017, Vieira também colaborou com o esclarecimento de algumas dúvidas pontuais.

O texto publicado de Luis Airton Ferret: *A CEEE e sua trajetória histórica*⁷, em conjunto com os documentos normativos relatados, foram fundamentais e permitiram traçar uma breve panorama histórico da CEEE.

A pesquisa documental também embasou a descrição arquivística da função que originou o acervo fotográfico, nosso objeto de estudo, utilizando a ISDF (Norma Internacional para Descrição de Funções), visando relacionar a sua proveniência, contexto de produção e uso. A descrição da função auxiliou com os dois primeiros objetivos, porque ela trouxe a proveniência e evidenciou a atividade que deu origem a esse acervo.

A Norma Internacional para Descrição de Funções fornece as diretrizes para a preparação de descrições de funções ou qualquer uma das subdivisões das funções de instituições. A análise de uma função serve de base para muitas atividades de arquivamento, pois uma função, em alguns casos, pode ser mais estável do que uma estrutura que pode ser mesclada ou transferida, quando de reestruturação. A descrição da função fornece a proveniência dos documentos, auxilia a situar os documentos com mais segurança no contexto de produção e uso, e como se ligam a outros documentos. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 11).

⁷ Este texto fundamenta o panorama histórico traçado, trazendo o contexto da eletrificação no Estado à época em que a CEEE e esses registros foram criados.

O principal objetivo dessa norma, é permitir uma melhor compreensão do contexto de produção, tendo em vista que grande parte dos documentos arquivísticos são produzidos por entidades públicas, descrever a função “permite compreender melhor a relação entre os documentos”. (FONSECA, 2010, p. 254).

Para desenvolvimento de tarefas arquivísticas como a descrição, a identificação do tipo documental é fundamental e é um processo anterior à efetivação desta função. Sua metodologia incorpora os métodos da análise diplomática e tipológica e consiste no estudo e análise do órgão produtor, recuperando as informações da proveniência, e das séries tipológicas produzidas por este produtor. (RODRIGUES, 2010 , p. 188).

A tipologia é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental. A metodologia da identificação tipológica consiste na identificação do produtor, seguido da contextualização das atribuições, competências, funções e atividades do produtor dos documentos. (BELLOTTO, 2002, p. 19).

Diante disso, para esta pesquisa, além da descrição da função, fez-se o uso dessas metodologias da Diplomática: a identificação arquivística e a análise tipológica, buscando alcançar o terceiro objetivo, vinculando o acervo fotográfico, os demais documentos e sua atividade ao órgão criador, a fim de compreender a instituição e sua relevância dentro da sociedade. Essas duas metodologias também auxiliaram na identificação do tipo documental.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No Rio Grande do Sul, quando foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em 1943, inicialmente subordinada à Secretaria das Obras Públicas, somente os grandes centros urbanos contavam com serviços públicos de energia com padrões aceitáveis. Nessa época, após às 23 horas o fornecimento de energia era suspenso às residências.

Com a criação da CEEE o governo objetivava planejar e explorar os potenciais hidrelétricos juntamente com as reservas carboníferas buscando reverter o quadro mencionado e abastecer os municípios gaúchos. Para tanto, foi criado um plano de eletrificação. Aprovado pelo governo federal em 1945, o primeiro na época, foi projetado para ser executado em três etapas. Esse plano previa o fornecimento de energia elétrica a preço de custo, com tarifa uniforme em todo o Estado.

Contudo, a falta de recursos técnicos e financeiros iniciais e a grande deficiência de energia constatada em todo Estado, evidenciaram a necessidade de priorizar obras de construção mais simples e rápidas para a primeira etapa do plano, estrategicamente dispostas, para formar mercado para futuras centrais maiores, prevendo um acréscimo de 60% da capacidade existente. Apesar de ter sido criada para atender a deficiência de energia no interior do Estado, em 1953 a CEEE teve que antecipar obras para socorrer a capital.

Com a primeira etapa do Plano de Eletrificação concluída em 1954, foi possível atender a região norte do Estado, desenvolvendo dessa maneira mercados regionais. Essa etapa acrescentou 85% da capacidade ao longo de 8 anos de construções.

Na segunda etapa do Plano estavam previstas obras que pudessem atender aos mercados através de sistemas de transmissão mais longos, com planejamento para acréscimo de 140% da capacidade.

Para evitar uma crise de energia de grandes proporções, durante a terceira etapa do Plano foram instalados pequenos e médios grupos geradores diesel-elétricos, reforçando o abastecimento de energia com investimento baixo, devido às dificuldades financeiras em detrimento do atraso nas obras.

Em virtude do alto custo dessas obras e da falta de recursos financeiros, a CEEE aumentou as taxas, e isso ocasionou uma opinião pública desfavorável. Buscando reverter essa situação, a Companhia iniciou uma campanha publicitária esclarecedora, dando uma cobertura discreta às atividades da Companhia, registrando através de fotografias, o andamento das obras, principais eventos, visitas e excursões, que eram promovidas pela Companhia, buscando uma opinião pública favorável. Foi nesse contexto que o acervo fotográfico foi se acumulando naturalmente. Para tanto foi criado um setor responsável pela organização e arquivamento deste acervo, prestando assistência a todos os órgãos da Companhia em relação aos serviços de fotografia e laboratório fotográfico, além de cuidar da imagem da CEEE frente ao público.

Segundo a própria Instituição, a produção de energia foi ao mesmo tempo, causa e efeito do desenvolvimento econômico do Estado, embora isso também dependesse das realizações dos outros setores da economia.

Em 1961, com a expansão dos serviços prestados, a CEEE passou a ser uma sociedade por ações, denominada Companhia Estadual de Energia Elétrica⁸, conservando a sigla CEEE, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, permanecendo assim até o ano de 1997, quando ocorreu um processo de privatização parcial.

6.1 A fotografia e o tratamento arquivístico do acervo

A identificação arquivística trouxe o contexto de proveniência que foi recuperado por meio dos Regulamentos Internos da CEEE de 1952 e 1965, identificando a Instituição que deu origem a esse acervo e o Departamento de Relações Públicas como responsável pela produção e guarda. Além disso, esses regulamentos trouxeram a estrutura interna, as funções que esse departamento desempenhava, e o fluxo desses registros fotográficos.

Nesses regulamentos as funções desses registros fotográficos estavam determinadas, pois o Departamento de Relações Públicas foi criado pela CEEE, para cuidar de uma ampla campanha publicitária, no intuito de reverter uma opinião pública desfavorável em detrimento do aumento das tarifas devido a difícil situação

⁸ Nesta pesquisa foi considerada a nomenclatura original dos Regulamentos internos: Comissão Estadual de Energia Elétrica em 1952 e Companhia Estadual de Energia Elétrica em 1965.

financeira. O departamento tinha competências para executar trabalhos fotográficos necessários às atividades gerais do Departamento, como elaborar programas de divulgação intensiva do Plano de Eletrificação, das realizações e atividades da Companhia através de documentos fotográficos, de caráter técnico e informativo, também uma intensa campanha institucional, através de excursões, visitas, inaugurações de obras e exposições, além de manter em arquivo, seu próprio acervo de documentação e prestar assistência a todos os departamentos quanto aos serviços de fotografia.

Esta função está descrita a partir dos elementos da ISDF conforme Apêndice A, tendo em vista recuperar os contextos que levaram à produção desse acervo fotográfico. Para complementar essa descrição da função que originou o acervo, foi realizada a análise tipológica, que reforçou os vínculos estabelecidos pela descrição.

A descrição segundo a norma internacional para funções atendeu o propósito do primeiro objetivo da pesquisa, que era investigar o contexto de criação e acumulação do acervo.

As informações reunidas, estão contextualizadas conforme item 2.2 da ISDF: “Segundo o regulamento interno da instituição de 1952, o departamento tinha competências para:

- a) preparar material para a divulgação, sob qualquer forma, das realizações e atividades da Comissão;
- b) elaborar programas de divulgação intensiva do plano de eletrificação, das realizações e atividades da Comissão, através de documentários fotográficos, cinematográficos, radiofônicos e por meio de conferências e excursões aos locais das obras;
- c) confeccionar os impressos usados nos serviços da Comissão;

O regulamento interno posterior de 1965 trazia como competências dos Serviços de Relações Públicas dentre outras:

- a) difundir informações através de todos os meios normais de divulgação, sobre assuntos de interesse da Companhia para com o público;
- b) programar solenidades, visitas, excursões, atividades especiais e executar as providências para a sua realização;

- c) manter seu próprio acervo de documentação e arquivo;
- d) executar trabalhos fotográficos e cinematográficos, necessários às atividades gerais de relações públicas;
- e) prestar assistência a todos os órgãos da empresa quanto aos serviços de fotografia e laboratório fotográfico;
- f) coordenar todas as atividades e providências na Companhia, condescendentes às relações públicas e divulgação de informações”. (Apêndice A).

Além disso, o contexto de procedimentos também se evidenciou, pois detalhou como ocorria a produção, tramitação e arquivamento destes registros fotográficos. O arquivamento deste acervo foi mais detalhada o item 2.3 da ISDF: “Com o passar dos anos o acervo foi passando por algumas alterações, tendo em vista o aperfeiçoamento e a integridade dos negativos e das ampliações e a facilidade de busca do material; devido a isso passou por três formas de organização: primeiramente os negativos em preto e branco eram colocados em envelope pardo e a cópia contato colada na parte externa, os negativos eram introduzidos nos mesmo envelope; Já na segunda maneira o negativo é colocado em envelope de papel manteiga, separado da cópia contato, porém com a mesma numeração e eficiência no processo de busca; nessa época o negativo colorido começa a surgir no acervo. Por último, os negativos são colocados em um envelope com as ampliações ou a cópia contato, com descrição do assunto e data a frente do envelope, ficando novamente juntos os negativos e a cópia contato.” (Apêndice A).

A recuperação desses contextos foi fundamental para compreender esses registros fotográficos, visto que ficam evidentes as relações entre os documentos e a Instituição produtora, pois todos pertencem ao mesmo fundo documental. Também a função/atividade que originou esses documentos e quais eram os objetivos específicos dessa função, vinculando a CEEE, a função que deu origem, e o próprio registro fotográfico.

Para consecução do segundo objetivo, que era analisar a fotografia enquanto documento de arquivo, estabelecida dentro de uma série documental, de acordo com a função que a originou, a ISDF também auxiliou.

As fotografias que compõem o acervo, são documentos arquivísticos. Um documento arquivístico é criado em razão da atividade de uma instituição ou pessoa. Por meio da descrição da ISDF foi possível representar essas relações entre as fotografias e a CEEE, evidenciando a organicidade desse documento, que está vinculado em função da atividade desempenhada pela Instituição, e gerou uma série documental padronizada de registros fotográficos. A ISDF trouxe a representação desses elementos por meio de uma padronização hierárquica, em níveis, que ajudaram a compreender melhor os relacionamentos, além de trazer as subfunções, conforme item 3.3: “Segundo a Resolução nº 515 de 30 de dezembro de 1965, para execução das tarefas, os Serviços de Relações Públicas se subdividiam em: 1) Seção de Expediente e Documentação, com competências para: a) receber, registrar e arquivar todo o material de divulgação de procedência interna ou externa endereçada aos Serviços; b) realizar estudos para publicações de caráter geral ou específico, enquadradas nas atribuições dos Serviços de Relações Públicas; dentre outras. 2) A seção de Relações com o Público tinha competências para: a) difundir pelos públicos interno e externo, mediante roteiro elaborado em cada caso, a política, os planos, programas e realizações da Companhia; dentre outras. 3) A Seção de Divulgação tinha competências para: a) elaborar e distribuir o Boletim Informativo da Companhia após a revisão pelo chefe dos serviços e autorização da diretoria coletiva; b) realizar serviços de fotografia e cinematografia para a Companhia; c) prestar assistência a todos os órgãos da empresa quanto aos serviços de fotografia e laboratório fotográfico; d) organizar e manter arquivos de fotografias e filmes; e) proceder à organização de conferências, mostras, exibição de fotos ou filmes cinematográficos, quando determinado pela chefia dos serviços; dentre outras”. (Apêndice A).

A análise tipológica, conforme Apêndice B, confirmou essas informações e acrescentou o tipo documental: “ficha de identificação fotográfica”, a sua definição, conforme item 2: “Documento informativo usado para o registro de informações sucintas para fins específicos que se evidenciam na própria definição da ficha, identificando, com clareza, aspectos da imagem através da enumeração de elementos, possibilitando a caracterização o conteúdo”. (Apêndice B).

O reconhecimento do tipo documental, deixou claro uma padronização, formando um conjunto homogêneo, no momento em que foram criados. Ou seja, os

registros mantiveram o mesmo padrão ao longo dos anos. Sempre fez-se uso da ficha de identificação, que foi determinante para a realização da análise.

A identificação do tipo documental decorreu da análise desses registros, pois além do conteúdo do próprio registro fotográfico, todos possuíam uma ficha de identificação, um envelope contendo informações acerca do registro em si, como a datação, o local e um breve histórico, além do setor responsável pela sua produção e guarda e a identificação da CEEE como Instituição.

A visibilidade das funções também se estabeleceu no processo de classificação/arranjo, (Gonçalves, 1998, p. 12) seguindo os princípios de respeito aos fundos e ordem original, além da proveniência, que foi evidenciada na relação entre a Instituição e sua estrutura, (Souza, 2013, p. 25) constituindo séries documentais. É importante destacar que a ordem original desses registros fotográficos foi mantida (dentro da série as fichas estão organizadas por assunto), visto que foram mantidas as relações e o contexto original de produção dos mesmos.

Cabe salientar que para a pesquisa, no que se refere a descrição arquivística, esta se configurou através de um processo, visto que foi fundamentada na análise, a partir dos princípios arquivísticos (Yeo, 2016, p. 135), Essa análise evidenciou a relevância do acervo, pois além de aspectos de imagem e objeto da fotografia (Lacerda, 1993, p. 47), estabeleceu relações, que comprovaram a importância dessas fotografias, visto que representam uma memória importante não somente da CEEE, mas coletiva da sociedade de todo Estado. (Ver Fotografia 4 abaixo).

Fotografia 4- Reunião



Fonte: Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

Para além do conteúdo, expressão e forma que são as dimensões de uma fotografia, (Lacerda, 1993, p. 47) essas informações que foram acrescentadas ampliaram sua compreensão, pois explicitaram o motivo de criação, agregando mais significados.

Em relação à Arquivologia, e ao objeto da Arquivologia, que são os arquivos, (Thomassem, 2006, p. 13) tanto a descrição arquivística como a análise tipológica recuperaram as informações relacionadas ao processo de trabalho, pelo qual as fotografias foram criadas, as circunstâncias que levaram a isso, e no relacionamento com as ações pelas quais foram criadas.

O objetivo da Arquivologia, que é a análise de documentos como produtos de atividades sociais (Thomassem, 2006, p. 13), foi evidenciado pela pesquisa, no que se refere ao acervo, visto que a atividade fim do Grupo CEEE era geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, para todo o Estado, resultando no desenvolvimento econômico, político e social. Essa análise ocorreu de maneira a colocar o contexto em evidência, para além do conteúdo imagético onde foi possível verificar determinados grupos sociais exercendo as atividades de uma Instituição, e além disso, de certa maneira, em momentos se estendendo até minorias.

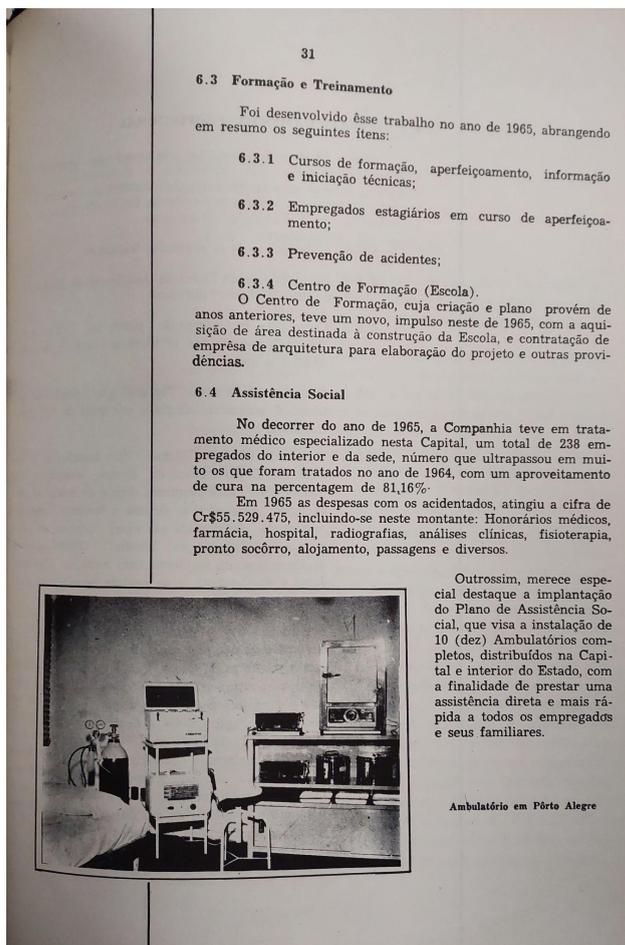
Embora as fotografias sejam prova e testemunho das atividades que a CEEE desempenhou, sempre teve essa relação tanto com o público interno, quanto a sociedade em geral de informar a evolução das obras, e as ações que a CEEE desenvolvia, configurando dessa maneira uma construção social, visto que os registros fotográficos são uma maneira de comunicação. (Ver Fotografias 5 e 6 abaixo).

Fotografia 5 - Consultório odontológico



Fonte: Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

Fotografia 6 - Relatório 1965 CEEE



Fonte: Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

Ficou demonstrado, dessa maneira, através do tratamento arquivístico, a relevância da CEEE, a importância de se preservar, e os interesses que podem despertar para a pesquisa que ficaram explícitos no conteúdo da imagem desses registros e de seus contextos. Onde foi possível constatar que a Companhia se relacionava tanto com os órgãos governamentais estaduais e federais, quanto com a comunidade em geral. Conforme a área de relacionamentos dos itens 6.2 da ISDF: “A Secretaria de Estado é o órgão administrativo do Estado para realização de serviços públicos. A CEEE estava subordinada a estas Secretarias durante sua trajetória para regulamentar as atividades exercidas.” E também “A Eletrobras promove estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica no país.” (Apêndice A).

Dentre as competências do Regulamento Interno de 1965, pode-se elencar, conforme item 2.2 da ISDF: “a) difundir informações através de todos os meios normais de divulgação, sobre assuntos de interesse da Companhia para com o público.” (Apêndice A).

O tratamento arquivístico propiciou uma construção de significados mais ampla, retratando o real, e mais além, possibilitando sua reinterpretação. (Ver Fotografia 7 abaixo).

Fotografia 7 - Visita Ministro



Fonte: Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul

Áreas do conhecimento como Museologia e Biblioteconomia, não deixam tão explícitos esses contextos. Essas instituições se detêm mais na imagem e no conteúdo da fotografia, não deixando claro sua base legal, conforme item 8 “Legislação” da Análise Tipológica: “Decreto nº 3599 de 12 de novembro de 1952 que aprova o Regulamento Interno da Comissão Estadual de Energia Elétrica; Resolução nº 515 de 30 de dezembro de 1965 que aprova o Regulamento Interno da Companhia Estadual de Energia Elétrica”. (Apêndice B). Isso porque Museus e bibliotecas são instituições colecionadoras (Bellotto, 2006, p. 38) e embora também considerem a fotografia como documento, o que prevalece nessas instituições algumas vezes, é o valor estético e cultural.

A fotografia como documento pode ser a certeza de um fato que aconteceu (Barthes, 1984, p.135), (ver Fotografia 2 p. 18, e Fotografia 3 p. 19), perdurar a memória de comunidades e fatos sociais (Kossoy, 2012, p. 167), (ver Fotografia 7,

p. 55), ter especificado a técnica utilizada, ser acrescida de legendas adicionais, que a situam no tempo e no espaço, (ver Fotografia 4, p. 52) e trazer informações importantes para várias áreas do conhecimento. Contudo, o tratamento arquivístico possibilitou um entendimento mais amplo da fotografia, evidenciando as circunstâncias de criação, ampliando sua compreensão.

Por todos esses aspectos elencados, conclui-se que a Arquivologia e o tratamento arquivístico são fundamentais para a preservação e disseminação da memória desses registros. Recuperar essas informações contextualizando as fotografias, resultaram em mais informações que enriquecem o acervo, possibilitando múltiplos usos. Recuperando e preservando a história do Grupo CEEE e também de fatos tão importantes quanto a eletrificação de todo o Estado, que foi retratado e contextualizado nesses registros fotográficos. Dessa atividade desempenhada pela CEEE, resultaram transformações em toda a comunidade do Estado: cidades se estabeleceram e cresceram, estruturas políticas se desenvolveram e atividades sociais foram direcionadas à comunidade. Fatos esses que são a memória do Estado, justificando sua preservação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou o tratamento arquivístico do acervo fotográfico da CEEE e obteve resultados pertinentes em relação à fotografia como documento de arquivo, que podem contribuir na problematização do tema, no sentido de fomentar mais a pesquisa.

O primeiro objetivo, investigar o contexto de criação e acumulação desse acervo, foi atingido visto que a pesquisa documental recuperou os Regulamentos Internos estabelecendo vínculos entre a Instituição, a função que deu origem a esses registros fotográficos e os registros em si. Além desses vínculos, que são a essência da Arquivologia, também foi discriminado o contexto que envolveu a criação desses registros, através de um breve histórico.

O segundo objetivo que era analisar a fotografia como documento de arquivo, estabelecida dentro de uma série documental, de acordo com a função que a originou, dentro da Instituição também foi concluído. A identificação arquivística e a descrição da função, agregaram o contexto arquivístico, ou seja, todos os fatores ambientais que envolveram esse acervo. O contexto de proveniência, de procedimentos e o documental, identificando a função e as atividades relacionadas.

A análise tipológica confirmou esses contextos, acrescentando o tipo documental e a definição, conduzindo a conclusão do terceiro objetivo que era demonstrar como o tratamento arquivístico pode trazer outros valores à fotografia como documento.

Esses contextos ampliaram o significado desse acervo, visto que o tratamento arquivístico também evidenciou os vínculos entre órgãos governamentais, a CEEE e a própria comunidade, justificando dessa maneira sua relevância. Além do valor histórico para a própria Instituição, também representa a história de toda comunidade do Estado.

Com isso, a hipótese desta pesquisa se confirmou visto que todos esses elementos ajudaram a compreender melhor essas fotografias, expandindo seu alcance social e em decorrência, podem surgir diversos interesses para pesquisa na Arquivologia e também em outras áreas do conhecimento.

A metodologia proposta inicialmente se mostrou eficaz neste estudo de caso em específico, pois trouxe mais visibilidade ao acervo fotográfico do Grupo CEEE, mas também levantou algumas questões para reflexões futuras.

A fotografia é um tema bastante discutido, tendo uma vasta bibliografia, possui diversos valores e usos. Mas existem lacunas teóricas e metodológicas em relação ao tratamento arquivístico, principalmente no âmbito de instituições, na área da Arquivologia.

Levando em consideração que a fotografia somente foi reconhecida como documento de arquivo recentemente, se comparado com os documentos textuais, foram encontradas dificuldades, pois em certos momentos, faltaram parâmetros principalmente em relação a uma definição do termo “registro fotográfico”, considerado para uma análise tipológica no primeiro momento.

O uso da ficha de identificação fotográfica pela CEEE foi determinante, visto que a partir desta ficha foi possível nomear o tipo documental e a sua definição. A classificação arquivística desse acervo também está baseada nas informações que constam nesta ficha de identificação. Estas informações, como mencionado pelos autores aqui abordados, facilitam a compreensão do propósito de sua produção. Contudo, não são todos os acervos que possuem uma ficha de identificação, tampouco encontra-se uma metodologia que abranja o tratamento arquivístico da fotografia desde sua produção, visto que é um documento bastante usual e possui diversos valores.

As questões aqui apontadas, sugerem o desenvolvimento de pesquisas futuras que possam ampliar as discussões em torno de metodologias específicas para acervos fotográficos relacionando-os diretamente com o seu propósito e possíveis usos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. S.; SILVA, R. R. G. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 3, p. 14-29, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70140>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- APPOLINARIO, F. **Introdução à análise qualitativa de dados**. In: Metodologia da ciência: filosofia e prática da ciência. São Paulo: Cengage Learning, 2016, 163–172
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BELLOTTO, H. L. A diplomática como chave da teoria arquivística. **Archeion Online**, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/14906>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, 120 p. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BELLOTTO, H. L. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, L.S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.) **Documento: gênese e contextos de uso**. Editora da UFF, 2010, p. 161-174. Disponível em : <http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESC, 2010.
- CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 80 p. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 03 Abr. 2023.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma Internacional para Descrição de Funções. Alemanha, 2007. Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ISDF.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 04 Abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 41 de 09 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-41-de-9-de-dezembro-de-2014>. Acesso em: 04 Abr. 2023.

DIAS, F. C. Reflexões acerca da “Aquisição” na Arquivologia. *In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos*: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/290420-reflexoes-acerca-da-aquisicao-na-arquivologia>. Acesso em: 03 Abr. 2023.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte v). **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43320>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FERRET, L. A. A CEEE e sua trajetória histórica. *In: SANTOS, S. C. dos; REIS, M. J. (Org.). Memória do setor elétrico na região Sul*. Florianópolis: UFSC, 2002. p. 147-166.

FONSECA, V. M. M. da. Tendências da normalização nas práticas de descrição arquivística. *In: FREITAS, L.S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.) Documento: gênese e contextos de uso*. Editora da UFF, 2010, p. 247-260. Disponível em : <http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37p. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf. Acesso em 24 mar. 2023.

HEYMANN, L. Q. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. *In: FREITAS, L.S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.) Documento: gênese e contextos de uso*. Editora da UFF, 2010, p. 111-122. Disponível em : <http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss de língua portuguesa. Ed. Objetiva, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS, R. S. *et al.* O projeto de pesquisa e seus tópicos. *In:* KAHLMAYER-MERTENS, R. S. *et al.* (org.). **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 31–61.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

JUNIOR, E. F. de F.; LOPEZ, A. P. A. Documento fotográfico forense: proceso archivístico. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, [S. l.], v. 45, n. 3, p. e339566, 2022. DOI: 10.17533/udea.rib.v45n3e339566. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/339566>. Acesso em: 27 jun. 2023.

LACERDA, A. L. de. **A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2008, 258 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/pt-br.php>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LACERDA, A. L. de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, n. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, 2012 19(1), p. 283–302, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3WdkxxJRfLj65nGbDgQPfnh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LACERDA, A. L. de. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 41-54, 1993. Disponível em: https://issuu.com/bdlf/docs/1993_rev_arq_nacional_v6. Acesso em 20 mar. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-in dia/view. Acesso em: 03 Abr. 2023.

LEHMKUHL, C. S. **Registros civis no Brasil frente às funções arquivísticas**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis, 2021, 228 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227256/PCIN0256-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2023.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. 64 p. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf. Acesso em 03 Abr. 2023.

LOPEZ, A. P. A. O contexto arquivístico como diretriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo. **Repositório Institucional da UnB**, 2008.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/303>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MACHADO, B.H.; MADIO, T. C. de C. Classificação arquivística de fotografia: desafios de evidenciar os tipos documentais. **Revista Photo & Documento**, 2019. Disponível em:

<<http://gpaf.info/photoarch/index.php?journal=phd&page=article&op=view&path%5B%5D=235>>. Acesso em: 24 Jun. 2023.

MANINI, M. P. A fotografia como registro e como documento de arquivo. *In*: BARTALO, L., MORENO, N. A. (Org.). **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. p. 119-183. Disponível em: https://www.academia.edu/24771680/A_fotografia_como_registro_e_como_documento_de_arquivo#:~:text=Nesses%20dias%20deplor%C3%A1veis%2C%20uma%20nova,Daguerre%20foi%20seu%20Messias.... Acesso em: 18 mar. 2023.

MOLINA, A. H.; FORTUNA, C. P. Fotografia e memórias: inscrições coletivas e involuntárias. *In*: MANINI, M.P; OLIVEIRA, E. B. de; GOMES, A. L. de A.; (org.). **Imagem, Informação e Memória**: abordagens acerca da preservação do audiovisual, do cinema e da fotografia. Editora Cultura Acadêmica, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-271-0.p133-146>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, L. M. V. Arquivos pessoais e documentos digitais uma reflexão em tomo de contradições. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51434>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PADILHA, R. C. **Acervo fotográfico em arquivo e museu**: um estudo de caso no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora e no Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas. Monografia (Curso de Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2011, 60p. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/museologia/files/2017/08/renata-cardozo-padilha_tcc.pdf. Acesso em 20 mar. 2023.

PEREIRA, D. B.; SILVA, E. P. da. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 29, n. 58, p. 1–22, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/754>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, p. 98-118, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41739>. Acesso em: 31 mar. 2023.

RODRIGUES, A. C. Identificação arquivística. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151540>. Acesso em: 12 ago. 2023.

RODRIGUES, A. C. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. *In*: FREITAS, L.S. de; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.) **Documento: gênese e contextos de uso**. Editora da UFF, 2010, p. 175-192. Disponível em :

<http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SILVA, A. P.; TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11 No 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14673>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SILVA, S. M. F.; DUARTE, Z. A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 3, p. 147-159, 2016. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/02/pdf_2a0ea67fb2_0000022666.pdf. Acesso em 18 mar. 2023.

SANTOS, M.A.S; LEITE, P. de. F. Imagens da modernidade: a fotografia como reveladora de sentidos, contextos e práticas sociais da vida moderna. **Geoconexões (online)**, v.1, n.1, p. 36-55, 2021. Disponível em: <https://geoconexoes.com/ojs/index.php/periodicos/article/view/12>. Acesso em 20 mar. 2023.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SONTAG, S. **Ensaio sobre a fotografia**. Tradução de Joaquim Paiva. Rio de Janeiro: Editora Arbor, 1981.

SOUSA, F. N. **Funções Arquivísticas: Contribuições para o Cumprimento da Lei de Acesso à Informação**. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Cachoeira do Sul, 2013, 60 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/114>. Acesso em: 24 Mar. 2023.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, v.2, n.2, p.120-142, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf. Acesso em: 02 Ago. 2023.

SOUZA, K. I. M. De. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, J. P. L. de; ZAFALON, Z. R. Acervos fotográficos em bibliotecas: um desafio metodológico. In: ABRAHÃO E SOUZA, L. M.; FUJITA, M. S. L.; GRACIOSO, L. S. (org.). **A Imagem em Ciência da Informação: reflexões teóricas e experiências práticas**. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a-imagem-em-ciencia_ebook.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51643>. Acesso em: 21 mar. 2023.

TOGNOLI, N. B. Diplomática: dos diplomas aos documentos digitais. **Revista do Arquivo**, Ano II, n. 6, p. 34-46, 2018. Disponível em:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/pdf/TOGNOLI_N_B_-_Diplomatica__dos_diplomas_aos_documentos_digitais.pdf. Acesso em: 03 Abr. 2023.

TOSETTO, G. M. Usos e lugares da fotografia nos museus de arte. **Outra Travessia**, v.1, n. 24, p.143-158, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2017n24p143>. Acesso em: 18 mar. 2023.

VIEIRA, F. C. F. **Preservação do acervo fotográfico do Grupo CEEE**: O desafio de digitalizar e disponibilizar o acervo para a sociedade. Porto Alegre, 2015.

YEO, G. Debates em torno da Descrição. *In*: GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. 1. ed. Editora 9Bravos, 2019, p. 135-170.

APÊNDICE A - NORMA INTERNACIONAL PARA DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES

<i>Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF)</i>	
1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Tipo	Função
1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Relações Públicas
1.3 Formas paralelas do nome	
1.4 Outras formas do nome	
1.5 Classificação	
2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
2.1 Datas	1952
2.2 Defscrição	<p>Objetivava de forma geral elaborar planos para o desenvolvimento da compreensão mútua entre a empresa e o seu pessoal, bem como assegurar o preservar o bom conceito da Companhia perante o público. Para tanto era mantido em arquivo os registros fotográficos a fim de preparar material de divulgação das ações da Companhia. Segundo o regulamento interno da instituição de 1952, o departamento tinha competências para:</p> <p>a) preparar material para a divulgação, sob qualquer forma, das realizações e atividades da Comissão;</p> <p>b) elaborar programas de divulgação intensiva do plano de eletrificação, das realizações e atividades da Comissão, através de documentários fotográficos, cinematográficos, radiofônicos e por meio de conferências e excursões aos locais das obras;</p> <p>c) confeccionar os impressos usados nos serviços da Comissão;</p> <p>O regulamento interno posterior de 1965 trazia como competências dos Serviços de Relações Públicas dentre outras:</p> <p>a) difundir informações através de todos os meios normais de divulgação, sobre assuntos de interesse da Companhia para com o público;</p> <p>b) programar solenidades, visitas, excursões, atividades especiais e executar as providências para sua realização;</p> <p>c) manter seu próprio acervo de documentação e arquivo;</p>

Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF)	
	<p>d) executar trabalhos fotográficos e cinematográficos, necessários às atividades gerais de relações públicas;</p> <p>e) prestar assistência a todos os órgãos da empresa quanto aos serviços de fotografia e laboratório fotográfico;</p> <p>f) coordenar todas as atividades e providências na Companhia, condescendentes às relações públicas e divulgação de informações;</p> <p>O objetivo, nessa época, era promover uma ação esclarecedora, buscando reverter uma opinião pública desfavorável, tendo em vista o aumento das tarifas, devido a difícil situação financeira. Já na década de 1980, o objetivo principal era informar a comunidade, sob diversas formas, a situação eletroenergética do Estado, planejando, executando e mantendo a utilização de recursos fotográficos e cinematográficos necessários para esta função.</p>
2.3 História	<p>Em 1º de fevereiro de 1943 foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica - CEEE, vinculada à Secretaria de Estado do Negócios das Obras Públicas, com a finalidade de prever e sistematizar em um plano geral para o Estado, o aproveitamento dos potenciais hidráulicos e das reservas carboníferas para a produção de energia. Sendo assim, foi criado em 1945 um plano de eletrificação para todo Estado, visando a construção de pequenas usinas hidroelétricas. Cada obra tinha um técnico responsável que fotografava o andamento das obras, originando uma série de registros da época, que ajudavam a contar a história da Instituição, a eletrificação do Estado e também o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A princípio não havia um local centralizado para a guarda e conservação desse material. Portanto, foi criado um departamento responsável pela sua guarda e organização, com atribuições para dar uma cobertura informativa e publicitária às realizações da instituição, mostrando o andamento das obras e promovendo debates em vários meios de comunicação, bem como visitas, exposições e excursões. Na mesma época, foi realizada uma ampla divulgação, no intuito de manter os funcionários informados acerca da política e das realizações da empresa, para tanto foi criado um informativo de circulação interna. Foram editados também outros trabalhos de caráter técnico e</p>

Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF)	
	<p>informativo. Além disso, esse material também era usado pelo corpo técnico da Companhia, pois era realizado um levantamento fotográfico das obras nas usinas, subestações, linhas de transmissão e a manutenção dos equipamentos de grande relevância. Com o passar dos anos o acervo foi passando por algumas alterações, tendo em vista o aperfeiçoamento e a integridade dos negativos e das ampliações e a facilidade de busca do material; devido a isso passou por três formas de organização: primeiramente os negativos em preto e branco eram colocados em envelope pardo e a cópia contato colada na parte externa, os negativos eram introduzidos nos mesmo envelope; Já na segunda maneira o negativo é colocado em envelope de papel manteiga, separado da cópia contato, porém com a mesma numeração e eficiência no processo de busca; nessa época o negativo colorido começa a surgir no acervo. Por último, os negativos são colocados em um envelope com as ampliações ou a cópia contato, com descrição do assunto e data a frente do envelope, ficando novamente juntos os negativos e a cópia contato.</p>
2.4 Legislação	<p>Decreto nº 3599 de 12 de novembro de 1952 que aprova o Regulamento da Comissão Estadual de Energia Elétrica; Resolução nº 515 de 30 de dezembro de 1965 que aprova o Regulamento Interno da Companhia Estadual de Energia Elétrica.</p>
3 ÁREA DE RELACIONAMENTO	
Primeiro relacionamento	
3.1 Formas autorizadas do nome/Identificador da função relacionada	
3.2 Tipo	Subfunção
3.3 Categoria do relacionamento	hierárquico
3.4 Descrição do relacionamento	<p>Segundo a Resolução nº 515 de 30 de dezembro de 1965, para execução das tarefas, os Serviços de Relações Públicas se subdividiam em: 1) Seção de Expediente e Documentação, com competências para:</p>

Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF)	
	<p>a) receber, registrar e arquivar todo o material de divulgação de procedência interna ou externa endereçada aos Serviços;</p> <p>b) realizar estudos para publicações de caráter geral ou específico, enquadradas nas atribuições dos Serviços de Relações Públicas; dentre outras.</p> <p>2) A seção de Relações com o Público tinha competências para:</p> <p>a) difundir pelos públicos interno e externo, mediante roteiro elaborado em cada caso, a política, os planos, programas e realizações da Companhia; dentre outras.</p> <p>3) A Seção de Divulgação tinha competências para:</p> <p>a) elaborar e distribuir o Boletim Informativo da Companhia após a revisão pelo chefe dos serviços e autorização da diretoria coletiva;</p> <p>b) realizar serviços de fotografia e cinematografia para a Companhia;</p> <p>c) prestar assistência a todos os órgãos da empresa quanto aos serviços de fotografia e laboratório fotográfico;</p> <p>d) organizar e manter arquivos de fotografias e filmes;</p> <p>e) proceder à organização de conferências, mostras, exibição de fotos ou filmes cinematográficos, quando determinado pela chefia dos serviços; dentre outras.</p>
3.5 Datas do relacionamento	1965-1972
Segundo relacionamento	
3.1.1 Formas autorizadas do nome/Identificador da função relacionada	
3.1.2 Tipo	Função
3.1.3 Categoria do relacionamento	Temporal
3.1.4 Descrição do relacionamento	<p>A função surge em decorrência das atividades da Instituição. Com o plano de eletrificação em expansão se objetiva manter o público a par das atividades e do andamento das obras, através da divulgação nos meios de comunicação. Os registros fotográficos eram usados para demonstrar essas ações nos informativos e revistas internas. Conforme a Instituição foi crescendo, a função foi</p>

Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF)	
	evoluindo junto, recebendo mais atribuições, cuidando da imagem perante o público e o seu próprio pessoal.
3.1.5 Datas do relacionamento	1952-
4 ÁREA DE CONTROLE	
4.1 Identificador da descrição da função	
4.2 Identificadores da Instituição	
4.3 Regras e/ou convenções utilizadas	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções. Rio de Janeiro, 2008 76 p.
4.4 Status	Preliminar
4.5 Nível do detalhamento	Parcial
4.6 Data da criação, revisão ou obsolescência	Criação 05/05/2023
4.7 Idioma e forma de escrita	Português
4.8 Fontes	Regulamento interno de 1952 e 1965 CEEE, informativos.
4.9 Notas de manutenção	Descrição elaborada por Lenira Münchow Klug

6 RELACIONANDO FUNÇÕES A ENTIDADES COLETIVAS, MATERIAIS ARQUIVÍSTICOS E OUTROS RECURSOS

Primeiro Relacionamento	
6.1 Identificador e formas autorizadas do nome/título do recurso relacionado	Secretaria de Estado do RS
6.2 Natureza do relacionamento	A Secretaria de Estado é o órgão administrativo do Estado para realização de serviços públicos. A CEEE estava subordinada a estas Secretarias durante sua trajetória para regulamentar as atividades exercidas.
6.3 Datas do relacionamento	Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas (1943-1958) Secretaria de Estado dos Negócios de Energia e Comunicação (1958-1969) Secretaria de Energia Minas e Comunicações (1969-1995)
Segundo Relacionamento	

6.1 Identificador e formas autorizadas do nome/título do recurso relacionado	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)
6.2 Natureza do relacionamento	A Eletrobras promove estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica no país.
6.3 Datas do relacionamento	1961-

APÊNDICE B - ANÁLISE TIPOLOGICA

Formulário de Análise Tipológica	
1.TIPO	Ficha de identificação fotográfica
2.DEFINIÇÃO	Documento informativo usado para o registro de informações sucintas para fins específicos que se evidenciam na própria definição da ficha, identificando, com clareza, aspectos da imagem através da enumeração de elementos, possibilitando a caracterização.
3.CONTEXTO DE CRIAÇÃO	O acervo foi produzido e acumulado pelo departamento de Relações Públicas, com atribuições para cuidar do bom conceito da Companhia perante o público interno e externo, elaborando planos para tal objetivo; dar suporte a toda Companhia quanto aos serviços de fotografia. (Subdivisões) seção de expediente e documentação, seção de relações com o público e seção de divulgação.
4.FUNÇÕES	Executar trabalhos fotográficos e cinematográficos, necessários às atividades gerais de relações públicas visando o bom relacionamento da Companhia com os meios de comunicação, com o objetivo de informar o público em geral e colocar os funcionários da empresa a par das atividades da Companhia; prestar assistência a todos os órgãos da empresa quanto aos serviços de fotografia e laboratório fotográfico; organizar e manter arquivados os documentos fotográficos.
5.CONTEÚDO	Identificação da Instituição, local e setor responsável pela guarda do documento. Contém também informações referentes ao local, o assunto, a data, numeração da ficha e um breve histórico acerca do registro fotográfico.
6.DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O PROCESSO	Cópia contato e negativo fotográfico.
7.ORDENAÇÃO	Cronológica

8.LEGISLAÇÃO	Decreto nº 3599 de 12 de novembro de 1952 que aprova o Regulamento Interno da Comissão Estadual de Energia Elétrica; Resolução nº 515 de 30 de dezembro de 1965 que aprova o Regulamento Interno da Companhia Estadual de Energia Elétrica.
9.TRAMITAÇÃO	A tramitação ocorria quando algum departamento necessitava de alguma fotografia, sendo encaminhada uma solicitação. O(s) negativo(s) era revelado no laboratório e a(s) fotografia(s) encaminhada ao solicitante. Contudo os originais eram mantidos em arquivo e não saíam do departamento de Relações públicas.